



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL SINO-BRASILEIRA NA ÁREA ESPACIAL E
SUAS INTERSEÇÕES PARA COM OS BRICS**

RONALDO SILVA

Foz do Iguaçu
2018



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL SINO-BRASILEIRA NA ÁREA ESPACIAL E SUAS INTERSEÇÕES PARA COM OS BRICS

RONALDO SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Jayme Benvenuto Lima Júnior

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima (UFPE/UNILA)

Foz do Iguaçu
2018

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

Silva, Ronaldo.

Cooperação internacional sino-brasileira na área espacial e suas interseções para com os BRICS / Ronaldo Silva. - Foz do Iguaçu, 2018.

85 f.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.

Orientador: Jayme Benvenuto Lima Júnior.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.

1. Cooperação Internacional - BRICS. 2. Cooperação Espacial. 3. Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS). 4. Relações internacionais - China - Brasil. I. Lima Júnior, Jayme Benvenuto, Orient. II. Título.

CDU 327(81:510)

RONALDO SILVA

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL SINO-BRASILEIRA NA ÁREA ESPACIAL E SUAS
INTERSEÇÕES PARA COM OS BRICS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Jayme Benvenuto Lima Júnior
UNILA

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima
UNILA/UFPE

Prof. Dr. Juan Agulló Fernandez
UNILA

Fabio Aristimunho Vargas
UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 22 de janeiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a minha família, minhas mães, Edina e Maria, ao meu Pai Francisco, aos meus irmãos e assim como toda família.

Agradeço ao meu professor orientador Jayme Benvenuto Lima Júnior não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade.

Aos professores da banca de qualificação pelas orientações, Jayme, Marcos Costa Lima, Juan Juan Agulló e Fábio Aristimunho Vargas.

Aos colegas de curso, aos amigos e amigas que se fizeram presente nessa jornada de estudo, pesquisa e para além da universidade.

RESUMO

Desenvolvendo-se em torno de interesses maiores de pesquisas referentes aos Estados que compõem os BRICS *per se* em suas interações com vistas ao desenvolvimento e promoção de suas políticas de cooperação para com os interesses nacionais intra-bloco, a presente dissertação tem por objetivo analisar a cooperação internacional bilateral Sino-Brasileira na área Espacial e as suas interseções com as políticas, princípios e diretrizes da política internacional dos BRICS. Propõe-se a repensar as intersecções entre as práticas de cooperação e as relações intra-bloco por meio de uma análise qualitativa-textual a partir das diretrizes políticas presentes nos discursos oficiais do bloco. Diante de uma temática ampla, recorre-se a uma abordagem de estudo de caso sobre a Cooperação Internacional precisamente na Área Espacial, cujas relações diplomáticas foram estabelecidas em 1988 por meio do Programa CBERS (sigla em inglês para "Satélite de Recursos Terrestres Brasil-China") voltado à construção e ao lançamento de satélites – projeto pioneiro entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. Desde então foram lançados cinco satélites, respectivamente nos anos 1999, 2003, 2007, 2013 e 2014, prevendo-se o lançamento de novos satélites através do Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022, assinado no ano de 2013, que prevê a continuidade do Programa CBERS e a sua ampla a cooperação espacial a outros setores, como satélites meteorológicos, serviços de lançamento e formação de pessoal.

Palavras-chave: Cooperação Espacial; Cooperação Internacional; BRICS; Programa CBERS; Relações Sino-brasileira.

ABSTRACT

Concerning greater research interests regarding the BRICS states per se in their interactions in the development and promotion of their cooperation policies towards national intrabloc interests, the present dissertation aims to analyze Sino-Brazilian bilateral international cooperation conferences on Science, Technology and Innovation in the Aerospace area and its intersections with the policies, principles and guidelines of the BRICS international policy. We propose to rethink the intersections between cooperation practices and intra-bloc relations through a qualitative-textual analysis from the political guidelines present in the official speeches of the bloc. On a such broad thematic, a case study approach on International Cooperation is used precisely in the Aerospace Area, whose diplomatic relations were established in 1988 through the CBERS Program ("Earth Resources Satellite -China") aimed at building and launching satellites - a pioneering project among developing countries in the field of high technology. Since then, five satellites have been launched in 1999, 2003, 2007, 2013 and 2014 respectively, with the launch of new satellites through the 2013-2022 Ten-Year Plan for Spatial Cooperation signed in 2013, which provides for the continuity of the CBERS Program and its extension of aerospace cooperation to other sectors, such as meteorological satellites, launch services and staff training

Key words: BRICS; CBERS Program; International Cooperation; Sino-Brazilian relations; Space cooperation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 METODOLOGIA.....	13
2. APROXIMAÇÃO TEÓRICA SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	14
2.1 NATUREZA E CONCEITOS BÁSICOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	14
2.2 CLASSIFICAÇÃO EM MATÉRIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ...	18
2.3 FASES E EVOLUÇÃO DO INSTRUMENTO COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	19
2.4 COOPERAÇÃO BASEADA NOS TIPOS DE ATORES E ÁREAS DE ATUAÇÃO	21
2.4.1 Cooperação Baseados nos Tipos de Atores.....	21
2.4.2 Cooperação baseados nas áreas de atuação	23
2.5 POR QUE PROMOVER A COOPERAÇÃO? POR QUE COOPERAMOS?	24
3. DIRETRIZES DE CRIAÇÃO E BASES DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRA NOS BRICS	24
3.1 OS BRICS – BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL.....	24
3.2 BRASIL PARA OS BRICS.....	33
3.3 CHINA PARA OS BRICS	37
4. COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA	42
4.1 ELEMENTOS PRELIMINARES DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRA	43
4.2 COOPERAÇÃO ESPACIAL SINO-BRASILEIRA: CBERS	48
4.3 PROGRAMA CBERS	49
4.3.1 Especificidades Técnicas: Satélite CBERS-1 e CBERS-2	55
4.3.2 Especificidades Técnicas: Satélite CBERS-2B	60
4.3.3 Especificidades Técnicas: Satélite CBERS-3 e CBERS-4	61
5. A COOPERAÇÃO ESPACIAL SINO-BRASILEIRA PARA OS BRICS.....	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

1. INTRODUÇÃO

A dissertação aqui apresentada é resultado de uma inquietação em torno de interesses maiores de pesquisas referente aos Estados que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) nas suas intersecções para com a promoção de suas políticas de cooperação para com os interesses nacionais intra-bloco. Diante de uma temática ampla como esta, recorre-se a uma abordagem de estudo de caso sobre a Cooperação Internacional Sino-Brasileira pautada na Área Espacial. O recorte de estudo de caso é imprescindível diante de um amplo campo de pesquisas e análises a recaírem sobre essa área de estudo emblemática.

A pesquisa tem como objetivo analisar a cooperação internacional bilateral sino-brasileira na área espacial e as suas intersecções para com as políticas, princípios e diretrizes da política internacional dos BRICS. Propõe-se a repensar as intersecções entre as práticas de cooperação e as relações intra-bloco a partir das diretrizes políticas presentes nos discursos oficiais do bloco. Nesse sentido, é notória a importância de se promover estudos e/ou pesquisas acerca das novas faces de transformação do Sistema Internacional; dos interesses de Estados em formar agrupamentos e promover a cooperação e não a integração regional ou vice e versa; das estratégias geopolíticas para o desenvolvimento dos Estados; dos novos arranjos de Organizações Internacionais e os interesses geopolíticos; das configurações de bases políticas centralizadas e/ou periféricas, etc.

É evidente que a narrativa exposta sobre o acrônimo BRICS evidencia um grupo marcado pela cooperação e não pela integração. Todavia, são vários os questionamentos, principalmente diante dos difusos interesses de cada Estado-membro; assim como do criador desse acrônimo para com os seus interesses vigentes; como também a reescrita e dos interesses das concepções de processos de cooperação para com as integrações regionais. As respostas podem ser pensadas a partir de diferentes perspectivas e naturezas, principalmente com base nos interesses de cada analista para com seus interesses.

Conceber estudos e pesquisas sobre a cooperação diante de uma forte ascendência de tentativa de processos de integração, como União Europeia e Mercosul, implica entender concepções narrativas históricas, das mais variadas e as suas estratégias, frente à construção nacional de entes estatais quanto às suas orientações e

relações para com outros entes, face às suas dinâmicas culturais, sociais, econômicas e políticas globais.

A entrada do Estado brasileiro e chinês nos BRICS é de imprescindível importância para o desenvolvimento das partes, principalmente quando pensado o protagonismo que cada Estado tem representado em sua atuação individual e conjunta no Sistema Internacional. Marcadas por relações lentas e graduais ainda no século XIX, cujas raízes culturais revelam-se norteadoras de suas relações diplomáticas, as relações entre China e o Brasil passaram por diversas etapas e fases desenvolvimentistas face às dinâmicas de poder e às transformações estruturais de cada Estado para com sua realidade. Para uma melhor compreensão, de modo geral e breve, esse contexto será melhor explorado no decorrer do texto.

Para além disso, os atos bilaterais das relações sino-brasileiras refletiram em suas relações iniciais, processos de distanciamento e reaproximações até que, diante

(d) o chamado pragmatismo responsável e uma maior flexibilidade ideológica, adotados pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), a cooperação com a China tornou-se possível. Tal relação deveria servir, de acordo com o olhar do Brasil, para afirmar a presença autônoma e aumentar o prestígio brasileiro no sistema internacional. Foram considerados subsídios de peso na decisão adotada por Geisel perante a China, tanto o prestígio internacional adquirido por este país quanto a convergência de interesses e posições políticas internacionais que passaram a existir entre os novos parceiros (BERCARD, p.32, 2011).

Mesmo marcado por um cenário intenso em suas relações sino-brasileiras, foram diversos fatos e eventos ao longo da história que apresentaram grandes distanciamentos nas relações entre ambos Estados. Estabelecidas suas relações diplomáticas iniciais em 1974, a cronologia histórica das relações entre as partes demonstra a importância dos diálogos bilaterais estabelecidos.

Em 1993, Brasil e China estabeleceram uma "Parceria Estratégica" que, por sua vez, somente no século XXI, mais precisamente no ano de 2004, com a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), torna efetiva uma maior abertura e fortalecimento das relações entre os Estados. Principalmente quando pensado o realinhamento do Estado brasileiro e sua atuação no Sistema Internacional na promoção de uma política externa "ativa e ativa" (AMORIM, 2015).

Desde então, intensificaram-se os laços estabelecidos, aumentando as trocas de visitas de alto nível entre os Estados, sendo que

do lado brasileiro, visitaram a China os Presidentes Lula (2004 e 2009) e Dilma Rousseff (2011) e os Vice-Presidentes José Alencar (2006) e Michel Temer (2013). Do lado chinês, visitaram o Brasil os Presidentes Hu Jintao (2004 e 2010) e Xi Jinping (2014), os Vice-Presidentes Xi Jinping (2009) e Li Yuanchao (2015), e os Primeiros-Ministros Wen Jiabao (2012) Li Keqiang (2015) (BRASIL-MRE, 2017).

Não obstante, a atuação brasileira e chinesa passou a evidenciar um importante espaço de diálogos para com a promoção de processos de cooperação e desenvolvimento nas trocas entre os Estados, fazendo da China o principal parceiro comercial e de investimento direto no Brasil, destacando o setor de energia, mineração, agronegócio e ciência e tecnologia, segmento de serviços bancários e de infraestrutura. O Estado brasileiro, por sua vez, apresenta altos investimentos diretos na China em campos “como aeronáutico, mineração, alimentos, motores, autopeças, siderurgia, papel e celulose, e serviços bancários” (Idem).

Este investimento entre as partes, revelam-se não somente localizados dentro de cada Estado, mas no caso sino-brasileiro destaca-se a relação do Brasil para com a China como forte aliada em parcerias de posicionamento e desenvolvimento comercial na América Latina e Caribe e suas Organizações Internacionais. O Estado brasileiro, proveniente da América Latina e Caribe, face a uma dimensão transcontinental de suas interações com a China, aliado aos seus interesses para com a nossa região, passa a ganhar mais valor e significado de atuação e desenvolvimento perante a política internacional em diversas pautas e fóruns de diálogos.

Em suas relações diplomáticas, Brasil e China, em 1988 foi estabelecido o Programa CBERS (sigla em inglês para "Satélite de Recursos Terrestres Brasil-China") voltado para a construção e o lançamento de satélites – projeto pioneiro entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. Desde então foram lançados cinco satélites, respectivamente nos anos 1999, 2003, 2007, 2013 e 2014, prevendo-se o lançamento de novos satélites através do Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022, assinado no ano de 2013, que prevê a continuidade do Programa CBERS e amplia a cooperação espacial a outros setores, como satélites meteorológicos, serviços de lançamento e formação de pessoal (BRASIL-MRE, 2017).

O desenvolvimento do Programa CBERS faz da China e do Brasil atores protagonistas em suas regiões continentais no desenvolvimento de inovação científica e tecnológica. De modo que, o Brasil e a China têm representado em sua atuação em

diversos grupos internacionais, como BRICS, G20, BASIC, enquanto atores de transformação, de aproximação e de discussões dos mais diversos agendas setoriais, como o espacial.

Quando pensados o Brasil e a China em suas relações de cooperação espacial para com os BRICS, permite-nos entender os reflexos de atuação por meio de uma análise de suas diretrizes de política internacional permite-nos entender a atuação de atores ativos em assuntos e/ou atividades para com os demais Estados-membros presentes no agrupamento, assim como pioneiros na área de inovação tecnológica e científica no desenvolvimento da cooperação internacional em suas demais relações externas.

É evidente que o Brasil tem desempenhado e/ou tentado ser um protagonista em suas relações voltadas à promoção da integração regional no MERCOSUL, almejando o fortalecimento estatal quanto às suas raízes históricas, sociais e culturais no âmbito continental. Todavia, se analisado os interesses de suas relações externas recentes na história, percebe-se uma maior atuação diplomática nas relações externas nas áreas econômica, comercial, de infraestrutura e defesa, assim como na área de ciência e tecnologia para com outros Estados europeus e asiáticos, como o chinês, marcando uma ineficiência de atuação para com sua proposta de integração regional.

Não obstante, a formação do agrupamento BRICS frente à atuação na área espacial para ambos Estados revelou-se emblemática não só para eles mas, principalmente, por suas potencialidades para com suas relações multilaterais. Os BRICS constituem “uma plataforma para o diálogo e a cooperação entre países que representam 43% da população do mundo, para a promoção da paz, segurança e desenvolvimento em um mundo multipolar, interdependente e cada vez mais complexo e globalizado” (BRICS, Artigo III - IV Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi, 2012).

Em sua VI Cúpula, reunidos em Fortaleza, Brasil, em 15 de julho de 2014, os países dos BRICS reafirmaram seus “compromissos e engajamentos com outros países, em particular países em desenvolvimento e economias emergentes de mercado, assim como com organizações internacionais e regionais, com vistas a fomentar a cooperação e a solidariedade em nossas relações com todas as nações e povos” (BRICS, Artigo III - VI Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Fortaleza, 2014). O bloco reafirma seus interesses em torno da promoção da paz, da democracia e da erradicação da pobreza, por meio do fortalecimento das relações com a América do Sul. Vejamos:

(...) Para tanto, realizaremos uma sessão conjunta com os líderes das nações sul-americanas, sob o tema da VI Cúpula do BRICS, com o intuito de aprofundar a cooperação entre os BRICS e a América do Sul. Reafirmamos nosso apoio aos processos de integração da América do Sul e reconhecemos, sobretudo, a importância da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) na promoção da paz e da democracia na região, e na consecução do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Acreditamos que o diálogo fortalecido entre os BRICS e os países da América do Sul pode desempenhar papel ativo no fortalecimento do multilateralismo e da cooperação internacional, para a promoção da paz, segurança, progresso econômico e social e desenvolvimento sustentável em um mundo globalizado crescentemente complexo e interdependente.

Entende-se que os BRICS, enquanto plataforma de diálogos e cooperação entre países emergentes, revelam-se de essencial importância e determinantes para interlocuções com a América Latina e o Caribe e seu desenvolvimento político-científico e tecnológico, social, de segurança e defesa, dentre outras áreas de interesse.

Este processo de interação e diálogo que vem se estabelecendo entre os BRICS para com a América Latina, impulsiona o desenvolvimento de novos projetos para o continente, principalmente nas áreas de demandas como infraestrutura e defesa, tecnologia e ciência, assim como na área espacial, ainda precária, se comparada aos outros Estados protagonistas com atuação no Sistema Internacional. O mundo passa por mudanças em sua geopolítica, e o Brasil e a China, no agrupamento BRICS, revelam-se entes fortemente a enfrentar os novos desafios e as ameaças globais frente a essas transformações.

1.1 METODOLOGIA

A metodologia aplicada nesta dissertação caracteriza-se como sendo qualitativa interpretativa, enquanto uma moldura teórico-metodológica, em uma análise exploratória qualitativo-textual de dados já produzidos, que “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

O método, enquanto ferramenta que permite a análise dos documentos pesquisados, recairá em uma interpretação de conteúdo discursivos, que se traduz enquanto

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2012, p.42).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a análise exposta aqui repousa em uma construção sistêmica de partes textuais em uma revisão da literatura e análise de dados discursivos, que se articulam na perspectiva de possibilitar um melhor entendimento a respeito da política de cooperação sino-brasileira na área espacial para suas interseções com os BRICS.

Por meio de uma coleta de dados face a uma consulta bibliográfica especializada, onde foram feitas leituras de trabalhos científicos especializados em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, BRICS, Cooperação na área do setor espacial e Programa CBERS. Na medida em que por meio de consulta amplia-se o acervo de dados já documentados na formulação do projeto de pesquisa inicial. Toda pesquisa a ser aplicada exige para além de uma revisão da literatura uma transformação de seus conjuntos de dados pre-coletados.

Ainda, considerando as especificidades encontradas durante a pesquisa no estudo de caso, além de livros e artigos, foram identificados documentos referentes a políticas de cooperação aplicada ao longo da história de cooperação espacial sino-brasileira, verificando suas potencialidades e limitações de estudo na área espacial para com o desenvolvimento dos BRICS. Todo trabalho de pesquisa exige uma revisão de literatura relacionada com o que está produzido na área, pois a mesma é parte central de qualquer estudo. Assim, “a revisão da literatura ajuda a focar mais diretamente e a melhorar, se for o caso, o problema da pesquisa” (GUSTTANDIN, 2012, p.17).

Por meio da documentação narrativa e de dados aplicados ao estudo de caso, as capacidades estruturais da pesquisa permitiram uma ampla análise para com a construção ideológica em registrar os entendimentos referentes ao objeto de pesquisa aqui exposto, fortalecendo o campo de estudo e a investigação sobre a Cooperação Internacional, as relações sino-brasileiras, a área de atuação e pesquisa espacial e os BRICS, vinculando, assim, diferentes partes de estudos para com as suas interseções de pesquisa e perspectivas de diferentes Estados para com suas transformações no Sistema Internacional.

2. APROXIMAÇÃO TEÓRICA SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

2.1 NATUREZA E CONCEITOS BÁSICOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Cooperação Técnica Internacional é um conceito recente na história das Relações Internacionais a considerar a sua própria consolidação enquanto disciplina acadêmica. O termo Cooperação Técnica Internacional (CTI) provem de um dos aspectos e modelos clássicos da Cooperação para o Desenvolvimento, correspondente a outras categorias, formas e gêneros de cooperação, tais como a “Cooperação Financeira (CF) e a Assistência Humanitária (AH), entre outras. A CTI é também entendida como parte da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)” (IGLESIAS PUENTE, 2010, p.39).

Para uma melhor compreensão dos objetivos desta pesquisa, que repousa em analisar a cooperação bilateral sino-brasileira na área espacial e as suas interseções para com as políticas, princípios e diretrizes da política internacional dos BRICS, buscaremos classificar uma categorização de sua natureza e propriedade compreendida por Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD).

A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) constituiu-se no início do século XX, precisamente no final da década de 1940, diante das insurgentes demandas oriundas das transformações e acontecimentos político-econômicos ocasionados com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), constante do desenvolvimento do Plano Marshall (1947), da criação das Nações Unidas (1945) e *Bretton Woods*, assim como, a partir dos processos de descolonização em diversas partes do mundo (Idem).

Conceber a natureza da Cooperação para o Desenvolvimento implica repensar a estrutura discursiva de Desenvolvimento, enquanto “fruto de um processo de evolução histórica de ideias e instituições que se desenvolveram ao longo de vários séculos, principalmente no mundo ocidental” e não como um produto do fim da Segunda Guerra Mundial e outros eventos (OLIVEIRA, 2010, p.49).

De acordo com Alonso e Fernandes (2005, p.23), os principais eventos que operacionalizaram a cooperação para o desenvolvimento surgem a partir dos anos 40 diante dos reflexos do Plano Marshall e do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) (incluindo o Banco Mundial); tendo seguimento nos anos 1950 com os Estados Unidos da América (EUA), com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a ganhar importância e maior relevância a partir de 1956; nos anos 60 com o estabelecimento dos programas bilaterais, principalmente nos setores produtivos; nos anos 70 com a expansão das agências multilaterais, sobretudo Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e agências árabes; nos anos 80 com o

crescimento das Agências governamentais, das Organizações não Governamentais (ONGs) e um ajustamento estrutural econômico; e nos anos 90 com a Ex-URSS e os países da Europa Ocidental tornando-se receptores, evidenciando o fim da Guerra Fria e a importância e o papel das instituições.

É amplamente reconhecível que são os inúmeros acontecimentos que condicionaram uma reestruturação na forma de pensar, enxergar e compreender o mundo que cercavam os limites individuais, públicos, coletivos e espaciais na construção narrativa do ser humano em sua história, em suas interações para com os fenômenos internacionais, a revelarem as suas demandas e/ou necessidades por cooperar uns com os outros.

Apesar de repousar as origens na Antiguidade Iluminista, autores como Edward Carr, Reinhold Niebuhr, Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, entre as décadas de 1940-50, enfatizaram um pensamento dominante por uma construção estruturalista teórica de um arcabouço realista na tentativa de explicar e disciplinar as interações humanas e seus meios, como a necessidade de cooperar uns com os outros, sob o prisma dos fenômenos internacionais, centrando os seus estudos e pesquisas em uma concepção do Estado e no seu relacionamento com outros Estados.

Estes autores, enquanto percussores modernos na construção de uma linha de pensamento estatal e acadêmico disciplinador e estruturante das Relações Internacionais para o século XX, tiveram como fundamento uma visão histórico-político-filosófica em Tucídides, centrado na formulação da ideia de balanço de poder; em Niccolò Machiavelli, que cunhou uma teorização política e separou a ideia política face à esfera da moral; em Thomas Hobbes, ao elucidar a ideia da anarquia e a ausência de poder central internacional; e em Carl Von Clausewitz, na teorização da estratégia militar, sobre as relações entre a política externa e a guerra.

Estes autores clássicos revelam-nos nas múltiplas faces da natureza estatal, em que “o Estado soberano, ou westefaliano, é encarado de uma forma unitária, e também o ator central das Relações Internacionais que tem a maximizar o seu interesse através de escolhas de política [externa] racionais e amorais” (FERNANDES, 2011, p.52). Esta visão elucidada a promoção dos Estados enquanto atores unitários de suprema atuação em um sistema anárquico, onde não há o poder central prevalecendo sobre os demais atores.

Por sua vez, anarquia não significa que o sistema seja desorganizado, mas que haja uma organização de competitividade nas relações entre os atores. As competitividades, que são disputas nas inter-relações dos Estados, revelam as

capacidades de exercício dos seus recursos estatais em uma tentativa de influenciar os interesses dos outros atores, uma vez que, o ambiente de disputa entre os estados está “à sombra da guerra” (ARON, 1986, p. 52).

A competitividade nas relações entre os Estados revelaram faces de interesses, inicialmente, por uma cooperação de autoajuda, uma vez que os Estados relacionam-se em um sistema denominado como anárquico, bem como, por temerem uma guerra, já que o sistema não possui um poder central para disciplinar as relações, os cumprimentos de regras e a segurança dos entes. É importante salientar que há um Sistema Internacional anárquico, porém o mesmo diverge quanto à sua existência, à sua realidade e à natureza dos entes na atuação no interior desse Sistema internacional.

Desse modo, diante das transformações pós-guerra (1950), as intersecções entre o público e o internacional nas Relações Internacionais provieram de “cânones de tipo empiricista-positivista, invocando o teste de factos, nomeadamente dos factos brutalmente violentos, como a I e a II Guerras Mundiais” (FERNANDES, 2011, p.59), em uma tentativa de validar o campo de estudo, seus conceitos e especificidades a disciplinar as condutas e regras a seguirem as práticas de relacionar e cooperar uns com os outros.

Assim, as relações de entes no Sistema Internacional diante das grandes transformações pós I e II Guerras Mundiais e posteriormente à Guerra Fria, que teve sua dissolução marcada com a queda do muro de Berlim no ano de 1991, passaram a revelarem maiores elementos de motivações para o desejo e a promoção de cooperar e promover o desenvolvimento econômico, político, social, tecnológico, entre outros.

Desde o início, na visão realista tradicional, a literatura consagrou que os Estados foram os principais entes protagonistas de configuração de processos de cooperação, enquanto atores de promoção de políticas para o desenvolvimento econômico, social, militar, tecnológico, entre outras áreas. O que por sua vez, mais tarde, após as duas Grandes Guerras de combate e disputa militar-territorial, diante de uma combinação de fatores políticos, geoestratégicos, econômicos, sociais, ideológicos, morais e éticos, revelaram o surgimento de entes protagonistas não-estatais. Os entes não-estatais, como as grandes multinacionais, as Organizações Intergovernamentais e as Organizações Não-Governamentais, bem como grupos e movimentos político-sociais, trouxeram à luz novas faces de saberes e classificações de processos de cooperação no campo internacional.

Outrossim, as fronteiras dos campos teórico-metodológico, na tentativa de disciplinar o campo de estudo das Relações Internacionais, viram-se obrigadas a promover uma reorientação de seu arcabouço teórico tradicional. As insurgências de novos elementos e acontecimentos na arena internacional condicionaram transformações em seus modelos motivacionais às molduras de promover interações de cooperar para com o outro, ora por interesses beneficiários, ora por um grau de prioridade às suas necessidades e demandas para o desenvolvimento local.

Assim, à luz das transformações e interconexões entre os protagonistas estatais e não-estatais no Sistema Internacional, a evolução das práticas e as próprias características da necessidade de se promover a cooperação para o desenvolvimento, influenciou ao longo da história, as políticas entre os países centrais a alcançar o desenvolvimento por elementos motivacionais.

O que por sua vez, na ótica dos atores doadores, estes elementos motivacionais como “os fatores de segurança militar, política e econômica, nem sempre inteiramente admitidos, mesmo que se procurasse atribuir, invariavelmente, no nível do discurso, importância aos imperativos éticos e altruísticos” (IGLESIAS PUENTE, 2010, p.40). Não obstante, a própria evolução das práticas e as transformações nos objetivos da cooperação, diante de fatores complexos e não lineares, ora refletiam os interesses motivacionais, ora os interesses do pensamento preponderante sobre o desenvolvimento (Idem).

2.2 CLASSIFICAÇÃO EM MATÉRIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Diante do processo de evolução e transformação de fatos, eventos e fenômenos internacionais face às práticas da cooperação para o desenvolvimento, torna-se possível trazer à luz a sua classificação, que pode ser de acordo com três critérios básicos: segundo a sua origem, os canais de execução, e os instrumentos e o nível de desenvolvimento dos países envolvidos no processo (ALONSO; FERNANDES, 2005, p.15-16; IGLESIAS PUENTES, 2010, p.41-42).

O primeiro critério básico, segundo a origem, expõe que a cooperação deve ser entendida enquanto oficial e/ou pública, tratando-se de recursos governamentais da Administração Federal e/ou Central, Estadual e/ou Regional e Municipal; bem como privada quando é custeada com recursos não públicos, tratando-se de empresas, fundações, associações e/ ou ONGs, indivíduos, entre outros (Idem).

O segundo critério básico, segundo canais de execução, a cooperação deve ser compreendida como bilateral, quando compreendida entre dois entes (o doador e o receptor); triangular, empreendida por dois entes e mais um, nesse caso os dois primeiros podendo ser dois países, ou um país e um organismo internacional mais um terceiro país em fase de desenvolvimento; multilateral, compreendida entre várias partes e/ou entes, como organismos e agências intergovernamentais; e por fim a cooperação descentralizada, compreendida por entes subnacionais, podendo ser estado e municípios ou instituições públicas. Ademais, existe a cooperação mediada por ONGDs (Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento), como fundações, sociedade civil e a iniciativa privada (Idem).

E, por fim, o terceiro critério básico, segundo os instrumentos, verifica-se por meio da Ajuda Alimentar, Cooperação Técnica (CT), Cooperação Financeira (CF), Ajuda Humanitária e de Emergência. Outrossim, para Iglesias Puentes (2010, p.42) “há certa tendência a agrupar na CT instrumentos específicos de cooperação que mereciam classificação à parte, como a Cooperação Científica e Tecnológica, a Cultura e Educacional”.

Consoante a proposta deste trabalho, será adotado um estudo de caso sobre a cooperação espacial, o que por sua vez merecerá atenção especial quanto às premissas da Cooperação Técnica (CT) a evidenciarem as lacunas apresentadas por Iglesias Puentes (2010). Uma vez que, a classificação aqui apresentada será de suma importância ao longo do trabalho, pois permitirá elucidarmos os aspectos da cooperação entre os Estados - Brasil e China.

2.3 FASES E EVOLUÇÃO DO INSTRUMENTO COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A literatura evidencia quatro fases relativas ao desenvolvimento da cooperação no cenário internacional, sendo a primeira fase referente às décadas de 1950 e 1960; a segunda fase referente à década de 1970; a terceira fase compreendida na década de 1980; e, por fim, a quarta fase e a mais recente a partir dos anos de 1990.

A primeira Fase da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, entendida como “fase das lacunas” (BROWNE, 2006; IGLESIAS PUENTE, 2010), caracteriza-se na literatura nas décadas de 1950 e 1960. Refere-se a necessidade de grandes investimentos de capital nas economias subdesenvolvidas, os quais constituiriam o meio e/ou caminho para o desenvolvimento; as insuficiências de reserva

de conhecimento, lacuna técnica, nos países em desenvolvimento também representaram um espaço de preenchimento via assistência externa de conhecimento técnico, maiores condições de transformação para a promoção do desenvolvimento.

A segunda Fase da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, entendida como “fase da dimensão social” (Idem), desenvolve-se nos anos 1970, em que repousa sobre as falhas evidenciadas no não cumprimento do modelo baseado no preenchimento das lacunas. Essa fase explora as teorias desenvolvimentistas, “o argumento da dependência das economias periféricas em relação às economias centrais (...). As variáveis ‘população’ e ‘meio ambiente’ são introduzidas na análise” (IGLESIAS PUENTE, 2010, p.44).

Esta lacuna impõe a necessidade de obter o crescimento para a realização do desenvolvimento, o que, por sua vez, faz com que indicadores sociais básicos nas áreas da educação, saúde, agricultura e áreas afins, ganhem esforços analíticos graduais e variáveis para a realização do desenvolvimento. Ademais, estes esforços empreenderam o aumento significativo e novos espaços e alianças para o desenvolvimento da cooperação, especialmente a cooperação multilateral por movimentos não alinhados, bancos e agências internacionais.

A terceira Fase da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, entendida como “fase do Ajuste Estrutural” (Idem), ocorre já anos 1980, frente à forte crise econômica, política e com efeitos da queda no preço do petróleo na década passada diante de uma recessão financeira nos países em desenvolvimento, marcados por dificuldades no equilíbrio de suas contas externas. Este efeito é condutor de uma redução da cooperação de países doadores face aos ajustes estruturais de suas políticas para com seus interesses vigentes. Por sua vez,

a retração provocada produz efeitos na América Latina e na África nos anos 1980, a ‘década perdida’. Na África, em especial, as condições se deterioram drasticamente. Possíveis ganhos anteriores com a cooperação para o desenvolvimento são prejudicados. (...) Nessa década, um novo ator surge no cenário da cooperação para o desenvolvimento: as Organizações Não Governamentais (ONGs) (IGLESIAS PUENTE, 2010, p.46).

Por fim, a quarta Fase da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, entendida como Fase do Após Guerra Fria e da Boa Governança, ocorre a partir dos anos 1990 e segue até os dias atuais. Esta fase desenvolve-se por meio de uma reconfiguração histórico-política no cenário internacional, diante do advento da queda

do muro de Berlim e do fim da Guerra Fria, em um novo arranjo geoestratégico estrutural para o Sistema Internacional.

Este período marca diferentes fatos e eventos étnicos, culturais e sociais face a processos de descolonização em diversas partes da África, diante de um processo de redução de Estados doadores de cooperação para o desenvolvimento destes países, aumentando assim a preocupação com a Assistência Humanitária.

Outrossim, insurgem por meio das ineficiências e inquietudes diante da falta de comprometimento da aplicabilidade do recursos da cooperação, o princípio da “boa governança” (Idem, 2010, p.48), enquanto meio norteador de referências quanto às ações e às práticas em sua efetividade do desenvolvimento, acreditando credibilidade entre os doadores e receptores.

2.4 COOPERAÇÃO BASEADA NOS TIPOS DE ATORES E ÁREAS DE ATUAÇÃO

2.4.1 Cooperação Baseados nos Tipos de Atores

A Cooperação para o Desenvolvimento abrange diversas perspectivas de gêneros e atores que se dedicam à promoção para o desenvolvimento, seja ele político, econômico, social, cultural, tecnológico, científico, entre outras áreas. Entendidos como “entidades” (ALONSO; FERNANDES, 2005, p.43), os atores quando decifrados em pesquisas de estudos de casos, revelam-nos diferentes abordagens e perspectivas de tentativas para a celebração do desenvolvimento em diferentes campos e áreas da vida humana.

De acordo com Alonso e Fernandes (2005, p.43-70), os atores se classificam e diversificam-se em diferentes perspectiva de atuação, sendo:

- 1 - Estados Doadores;
- 2 - Os Municípios e as regiões – a Cooperação Descentralizada;
- 3 - Os Países em Desenvolvimento;
- 4 - As Organizações Multilaterais, que se classificação em:
 - 4.1 - Instituições financeiras internacionais;
 - 4.1.1 - O Fundo Monetário Internacional;
 - 4.1.2 - O Grupo Banco Mundial;
 - 4.1.3 - Bancos Regionais de Desenvolvimento;
 - 4.2 – As Instituições das Nações Unidas, cujo destacam-se:

- 4.2.1 – O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1965);
 - 4.2.2 – O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (1946);
 - 4.2.3 – O Programa Alimentar Mundial - PAM (1963);
 - 4.2.4 - O Fundo das Nações Unidas para a População – FNUAP (1969);
 - 4.2.5 - A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – CNUCED (1964);
 - 4.2.6 A Organização para a Alimentação e Agricultura – FAO (1945);
- 5 - O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE;
 - 6 – Blocos como União Europeia; Mercosul; entre outros.
 - 7 – As Organizações da Sociedade Civil: as ONGD;

Outrossim, apesar de uma vasta estrutura de classificação institucional que podemos identificar, seja por área, assunto, espaço, organização e/ou natureza, os atores não são entidades isoladas e regem-se por princípios e objetivos muito diversos, moldando um sistema complexo ligado por fios condutores dependentes uns dos outros.

Abaixo, apresenta-se um resumo relacionado aos atores da cooperação para o desenvolvimento e suas áreas de atuação, um quadro referencial onde será possível evidenciar por meio de uma sobreposição, os diversos instrumentos de ligação entre os atores e seus fios condutores temáticos para com os atores.

Tabela 1: Atores da Cooperação para o Desenvolvimento

	Estados	OIs Financeiras	OIs Técnicas	UE	ONGD	Empresas
Estados —>	Cooperação bilateral: - doações - créditos - alívio dívida - assistência técnica Cooperação Sul – Sul: - assistência técnica - partilha de despesas Cooperação descentralizada - cooperação técnica, social e cultural	Quotas – APD multilateral	Quotas e donativos voluntários a Fundos e Programas – APD multilateral	Contribuições para o Orçamento e para o FED	Co-financiamento Parceria	Apoios e incentivos
OIs. Financ. —>	Assistência financeira (créditos) e técnica Alívio da dívida	Cooperação e coordenação de políticas	Coordenação	Coordenação	Co-financiamento	Apoios e incentivos
OIs Técn. —>	Intermediárias na cooperação técnica Donativos	Coordenação	Coordenação	Coordenação	Co-financiamento e atribuição da execução de alguns programas	Apoios e incentivos Cooperação técnica
UE —>	Preferências comerciais Cooperação técnica e financeira	Quotas dos membros	Quotas dos membros		Co-financiamento	Apoios e incentivos
ONGD —>	Papel Consultivo Parceria Assistência técnica Lobby e advocacy	Lobby e advocacy	Poder consultivo e parceria Cooperação técnica Lobby e advocacy	Parceria: co-financiamento Lobby e advocacy	Parcerias Troca de conhecimentos Redes Donativos	Parceria Troca de conhecimentos
Empresas —>	Reconstrução do tecido reprodutivo Emprego e tecnologia	Cooperação técnica	Cooperação técnica	Cooperação técnica	Donativos e patrocínios Parcerias	Cooperação técnica

Fonte: ALONSO; FERNANDES, 2005, p.69 *apud* Plataforma das ONGS, 2004.

2.4.2 Cooperação baseados nas áreas de atuação

A partir da classificação dos tipos de atores expostos no tópico anterior, propõe-se aqui trazer à luz uma breve consideração de classificação de alguns campos e/ou assuntos em que os atores desenvolvem suas técnicas, realizam projetos e ações nos mais diversos processos de cooperação para o desenvolvimento.

Podemos elencar a cooperação para fins de capacitação, o comércio, os direitos humanos, a prevenção de conflitos, a segurança alimentar, a transferência de conhecimento científico e tecnológico, a financeira, entre outros milhares de áreas. São várias as áreas e sua abrangência de atuação de cooperação para ao desenvolvimento, que variam conforme os seus interesses e objetivos que têm cada entidade para com as

outras, face aos seus princípios e contexto histórico-político econômico, social e cultural vigente.

2.5 POR QUE PROMOVER A COOPERAÇÃO? POR QUE COOPERAMOS?

Mas, afinal, quais são os motivos e/ou interesses a Cooperar para o Desenvolvimento? Para compreendermos as indagações acerca da cooperação se faz necessário pensar em suas motivações, explicar suas formas e características. É evidente que ao pensarmos a cooperação para o desenvolvimento, partimos da premissa ao concebermos a cooperação *per se* enquanto Ajuda ao Desenvolvimento.

Ao pensar a respeito dos motivos ou interesses da cooperação, caberia a produção de um trabalho específico voltado à análise de suas mais variadas práticas e categorias de cooperação, em vinculação com suas diferentes motivações. Embora sejam muitas as motivações para a cooperação, cabe aqui elencar algumas das motivações relacionadas ao contexto estudado.

De acordo com Alonso & Fernandes (2005), diante do interesse em concretizar os objetivos da Ajuda para o Desenvolvimento, caberia considerar as motivações face aos interesses éticos, morais e humanitários, motivações de interesse econômico, político, comercial e geoestratégico, motivações ambientais e fluxos migratórios.

São várias e diversificadas as motivações que levam às diferentes práticas da cooperação, assim como os seus reflexos e seus resultados, envolvendo os ganhos e as perdas bilaterais ou multilaterais que às vezes são declarados e/ou encobertos, conforme os objetivos estabelecidos pelas partes.

3. DIRETRIZES DE CRIAÇÃO E BASES DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRA NOS BRICS

3.1 OS BRICS – BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL

O acrônimo BRICS foi criado pelo ex-economista do Goldman Sachs Group e colunista da Bloomberg View, Jim O' Neill, por meio de estudos econômico-financeiros denominados “Building Better Global Economic BRICs¹”, referentes a um grupo de Estados (Brasil, Rússia, Índia, China) em desenvolvimento emergente no cenário internacional. Inicialmente, o grupo foi constituído pelos quatro primeiros Estados,

¹ <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/building-better.html>

denominando-se BRIC, e posteriormente houve a adesão da África do Sul, tornando-se BRICS.

Segundo Visentini, o ingresso da África do Sul no grupo significou

o aumento da representatividade geográfica do grupo, sinalização a busca de democratização da governança global. Além disso, a entrada da África do Sul no grupo reforçou a intenção do grupo de se tornar um fórum de cooperação e diálogo transcontinental sul-sul, uma vez que conta com os principais países emergentes do “sul político” (VISENTINI, 2011a, p. 192).

A tese impulsionadora de concepção dos BRICS, “Building better global economic BRICS” de Jim O’NEILL (2012), chamou a atenção de muitos estudiosos, uma vez que, os dados iniciais apresentados superaram as expectativas apresentadas na análise exposta. Desde então, os BRICS tornaram importante arcabouço para estudos de investidores e formuladores de políticas globais, face à magnitude das mudanças e transformações dos mercados econômico-financeiros de cada Estado-membro e suas forças-motrices para com suas relações multilaterais.

A criação do acrônimo BRICS, assim como N-11² e outras abreviações de agrupamentos estatais, contribuíram para a definição de importantes conceitos norteadores e de instrumentalização teórica para os mercados econômicos com vistas a uma reescrita narrativa do termo “mercados emergentes” para “Mercados de Crescimento (Growth Markets) (O’Neill, 2012, p.17).

Não obstante, as articulações entre o Brasil, a Rússia, a Índia e a China (BRIC) iniciou-se de maneira informal à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 2006. Estas interações desenvolveram diálogos permanentes através de Cúpulas anuais. A I Cúpula foi realizada no ano de 2009, na cidade de Ecaterimburgo na Rússia, inaugurando o início de diálogos permanentes e iniciativas de processos de cooperação em nível de Chefes de Estado do então BRIC.

Desde 2009, os Chefes de Estado passaram a se encontrar anualmente, aprofundando os diálogos e as iniciativas de cooperação dos mais diversos setores de interesse intra-grupo. No total, foram realizadas IX Cúpulas anuais, sendo: I Cúpula: Ecaterimburgo, Rússia, junho de 2009; II Cúpula: Brasília, Brasil, abril de 2010; III

² Em 2005 a equipe de O’Neill na Goldman Sachs buscou determinar qual o novo grupo de países que seguiria os passos dos BRICS. Os mesmos, conceberam um grupo chamado de “Próximos Onze’ (ou N11, conforme as iniciais em inglês para Next Eleven). São eles: Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Coreia do Sul, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Turquia e Vietnã. Apesar de acharem que nenhum dos países do N-11 cresceria o suficiente para atingir o tamanho de qualquer um dos BRICS, previam que o México e a Coreia do Sul possuíam a capacidade de se tornarem quase tão importantes quanto os BRICS na economia global (p.16,2012).

Cúpula: Sanya, China, abril de 2011; IV Cúpula: Nova Délhi, Índia, março de 2012; V Cúpula: Durban, África do Sul, março de 2013; VI Cúpula: Fortaleza, Brasil, julho de 2014 e VII Cúpula: Ufá, Rússia, julho de 2015; VIII Cúpula: Goa, Índia, outubro de 2016; e a última e IX Cúpula: Xiamen, China, setembro de 2017.

Abaixo é possível compreender um quadro geral do desenvolvimento das Cúpulas dos BRICS e o desenvolvimento de suas atividades realizadas, vejamos:

QUADRO PANORAMA – CÚPULAS DOS BRICS

I Cúpula: Ecaterimburgo, Rússia, junho de 2009 – A I Cúpula inaugurou a cooperação em nível de Chefes de Estado e de Governo do então BRIC – (a África do Sul ainda não havia sido incorporada ao mecanismo). Realizada sob o impacto da crise iniciada em 2008, a reunião teve seus debates centrados em temas econômicos e financeiros, com ênfase na reforma das instituições financeiras internacionais e na atuação do G-20 para a recuperação da economia mundial, ademais de discussões sobre temas políticos, como a necessidade de reforma das Nações Unidas. Além da Declaração, a I Cúpula emitiu documento de seguimento intitulado “Perspectivas para o Diálogo entre Brasil, Rússia, Índia e China”.

II Cúpula: Brasília, Brasil, abril de 2010 – A II Cúpula, sediada no Brasil, aprofundou a concertação política entres os membros do BRIC e caracterizou-se pelo crescimento exponencial, ao longo de 2010, das iniciativas de cooperação intra-BRIC – reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos e publicação de duas obras com estatísticas conjuntas dos países membros; encontro de Ministros da Agricultura do grupo; encontro de Presidentes de Bancos de Desenvolvimento; Seminário de *Think Tanks*; encontro de Cooperativas; Fórum Empresarial; e II Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança. Além da Declaração de Brasília, foi emitido o “Documento de Seguimento da Cooperação entre Brasil, Rússia, Índia e China”.

III Cúpula: Sanya, China, abril de 2011 – Com o ingresso da África do Sul, a **III Cúpula** consolidou a composição do que passou a ser denominado BRICS. Diante da relevância econômica da África do Sul no continente africano, sua construtiva atuação política no cenário internacional e sua representatividade geográfica o seu ingresso agrega importante contribuição ao mecanismo. Além de aprofundar a cooperação setorial já existente, na Cúpula de Sanya foram lançadas novas iniciativas em áreas como saúde e ciência e tecnologia. Associado à Cúpula, realizou-se encontro de Ministros do Comércio para discutir os rumos da Rodada de Doha. Na Declaração, os parceiros reafirmaram a necessidade de reforma das Nações Unidas, com a inclusão, pela primeira vez, de menção ao tema do alargamento da composição do Conselho de Segurança. Além dos assuntos econômico-financeiros, o documento menciona temas como: condenação ao terrorismo; incentivo ao uso de energias renováveis e ao uso pacífico de energia nuclear; importância dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e da erradicação da fome e da pobreza. Na oportunidade, foi aprovado Plano de Ação, anexo à Declaração, com diretrizes voltadas ao aprofundamento da cooperação existente e à exploração de novas áreas.

Além de outros encontros ministeriais, o Plano de Ação institucionalizou a reunião de Chanceleres à margem do Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas.

IV Cúpula: Nova Délhi, Índia, março de 2012 – Além da realização dos eventos tradicionais, que consolidaram e aprofundaram os dois pilares de atuação do BRICS – coordenação em foros multilaterais e cooperação intra-grupo –, a IV Cúpula lançou as bases para um terceiro pilar: a cooperação financeira com terceiros países, mediante a criação do “Banco BRICS”, liderado pelos cinco países e voltado ao financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, nos países do BRICS e também nos demais países emergentes e em desenvolvimento. A Declaração da IV Cúpula estabeleceu grupo de trabalho para estudar a viabilidade da iniciativa. Adicionalmente, em sequência a entendimentos anteriores, foram assinados, durante o evento, dois acordos entre os Bancos de Desenvolvimento dos BRICS, visando a facilitar a concessão de créditos em moedas locais.

V Cúpula: Durban, África do Sul, março de 2013 – A V Cúpula realizou-se sob o tema “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”. O encontro de Durban encerrou o primeiro ciclo de Cúpulas do BRICS, tendo cada país sediado uma reunião de Chefes de Estado ou de Governo. Os principais resultados do encontro foram: início das negociações para constituição do Arranjo Contingente de Reservas, com capital inicial de US\$ 100 bilhões (parágrafo 10 da Declaração); aprovação do relatório de viabilidade e factibilidade do “Banco de Desenvolvimento dos BRICS” e decisão de dar continuidade aos entendimentos para o lançamento da nova entidade (parágrafo 9 da Declaração); assinatura de dois acordos entre os Bancos de Desenvolvimento dos BRICS (parágrafo 12 da Declaração); estabelecimento do Conselho Empresarial do BRICS; e estabelecimento do Conselho de *Think Tanks* do BRICS. Após o encerramento da Cúpula, os mandatários do BRICS encontraram-se com lideranças africanas, em evento sob o tema “Liberando o potencial da África: Cooperação entre BRICS e África em Infraestrutura”.

VI Cúpula: Fortaleza, Brasil, julho de 2014 – A VI Cúpula foi realizada em Fortaleza, em julho de 2014, sob o lema “Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis”. O encontro deu início ao segundo ciclo de reuniões do mecanismo. Previamente à Cúpula, tiveram lugar, em março, no Rio de Janeiro, reuniões do Conselho de *Think Tanks* e do Foro Acadêmico do BRICS, que deram a partida aos encontros ligados à Cúpula. Em Fortaleza, foram assinados os acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento (parágrafos 11 e 12 da Declaração) e do Arranjo Contingente de Reservas (parágrafo 13 da Declaração), entre outros resultados. Foi celebrado, ademais, Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica entre Agências de Crédito e Garantias às Exportações do BRICS, bem como acordo entre os bancos nacionais de desenvolvimento dos BRICS para a cooperação em inovação.

VII Cúpula: Ufá, Rússia, julho de 2015 – A VII Cúpula do BRICS foi realizada em Ufá, Rússia, em julho de 2015, sob o lema “Parceria BRICS – Um fator Pujante de Desenvolvimento Global. A Cúpula de Ufá foi marcada pela ratificação dos acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Foram realizadas as primeiras reuniões do Conselho de Governadores e da Diretoria do Banco. Os entendimentos mantidos entre os Bancos Centrais do BRICS durante a Cúpula tornaram o Arranjo Contingente de Reservas plenamente

operacional. Os Líderes do BRICS aprovaram em Ufá a "Estratégia para a Parceria Econômica", roteiro para a intensificação, diversificação e aprofundamento das trocas comerciais e de investimento entre os cinco países. Foram assinados acordos de cooperação cultural e de cooperação entre os Bancos de Desenvolvimento dos BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento.

VIII Cúpula: Goa, Índia, outubro de 2016 – A VIII Cúpula do BRICS foi realizada em Goa, Índia, em outubro de 2016, sob o lema "Construindo Soluções Inclusivas e Coletivas". A Cúpula foi marcada por discussões sobre a recuperação econômica mundial. Os principais temas discutidos foram: crescimento econômico, responsabilidade fiscal e social, atração de investimentos, desenvolvimento do NDB e combate ao terrorismo. Na Cúpula de Goa, O BRICS mostrou-se novamente capaz de encontrar convergências e lançar novas iniciativas. Na ocasião, os Líderes do BRICS assinaram quatro memorandos de entendimento sobre: (i) plataforma virtual de Pesquisa Agrícola do BRICS; (ii) criação do Comitê Aduaneiro do BRICS; (iii) mecanismo de cooperação interbancária entre o NDB e os bancos nacionais de desenvolvimento; e (iv) cooperação entre academias diplomáticas.

IX Cúpula: Xiamen, China, setembro de 2017 - A IX Cúpula foi realizada em Xiamen, China, em setembro de 2017, sob o lema "BRICS: Parceria mais Forte para um Futuro mais Brilhante". A Cúpula marcou o início da segunda década do BRICS com perspectivas de aprofundamento da cooperação nas áreas financeira, comercial e de investimentos. Discutiram-se os principais temas da agenda internacional, além da cooperação intra-BRICS, sobretudo a cooperação voltada para o desenvolvimento no contexto da implementação dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Durante o encontro, os Líderes do agrupamento assinaram plano de ação para incentivar a cooperação em inovação (BRICS Action Plan for Innovation Cooperation 2017 – 2020), bem como referendaram a criação da Rede de Pesquisa em Tuberculose do BRICS. Na área de cooperação econômico-comercial, foram assinados o Plano de Ação do BRICS sobre Cooperação Econômica e Comercial e a Estratégia do BRICS para Cooperação Aduaneira. Os líderes do BRICS aprofundaram, ainda, a cooperação financeira por meio da assinatura de Memorando de Entendimento entre o NDB e o Conselho Empresarial do BRICS.

FONTE:<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>

A partir desse quadro panorâmico das Cúpulas realizadas, compreende-se que o grupo BRICS, para fins de análise representam em dados percentuais 7,77% da área total do mundo, sendo 25,91% de área terrestre (km²); tendo a Rússia 17,098,242 (km²), a China 9,596,960 (km²), o Brasil 8.514.877 (km²), a Índia 3.287.263 (km²), e a África do Sul 1.219.090 (km²) em extensão territorial (UNITED NATIONS; CIA World Factbook, 2017).

Em termos populacionais, os cinco Estados membros do bloco representam 43,03% da população mundial; tendo a China 1.409.517.397 bilhão, a Índia 1.339.180.127 bilhão, o Brasil 209,288,278 milhões, a Federação Russa 143.989.754

milhões e a África do Sul 56,717.156 milhões, ano base 2017 em conformidade com as referências de todos os Estados (UNITED NATIONS, 2017).

Em relação à composição e à posição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos BRICS, a Federação Russa ocupa a 50ª colocação, com valor de referência 0,798; o Brasil ocupa a posição 75ª, com valor de referência 0,755; a República Popular da China ocupa a 90ª tendo como valor de referência 0,727, e se considerado somente Hong Kong, China (SAR) ocupa a 12ª, valor de referência 0,910; a África do Sul ocupa a 116ª com valor de referência 0,666; e a Índia ocupa a 130ª com valor de referência 0,609, tendo todos os Estados o ano base de referência 2014 (JAHAN, 2015).

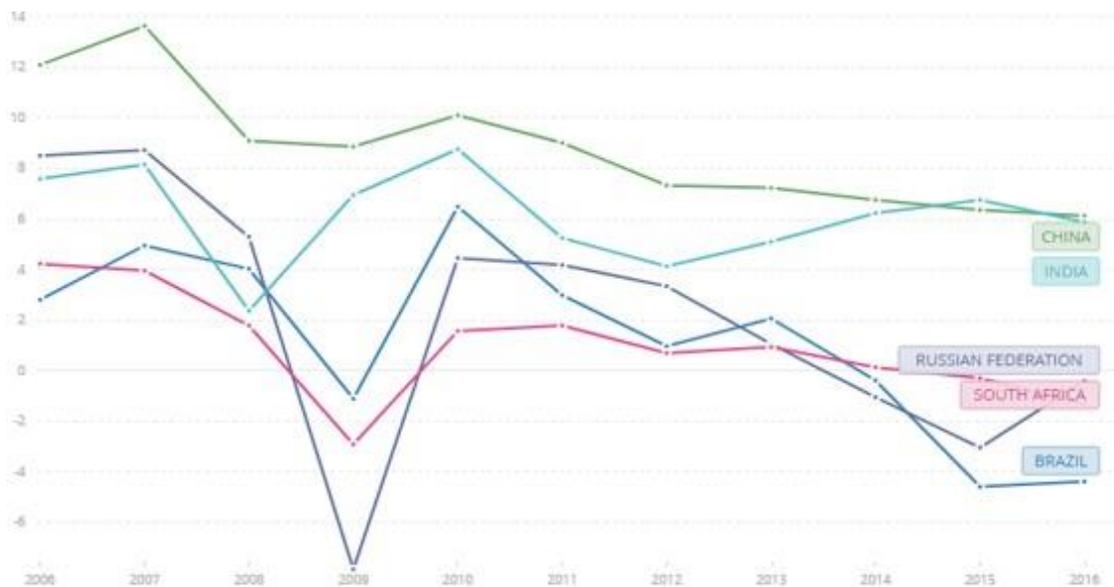
Outrossim, os BRICS representam 45,57% da força de trabalho no mundo; enquanto que 17,97% de PIB Nominal mundial (25,69% do PIB PPP). As taxas de fluxo comercial apresentam 17% da economia mundial, sendo 16% em exportação total (US\$ bi) e 18% em Importação total (US\$ bi) no mundo em 2011. (BRASIL/MRE, 2011 *apud* MDIC/Secex/CIA World Factbook).

Referente a sua composição percentual na participação do PIB de cada Estado-membro dos BRICS, em 2011, revela-se uma forte assimetria estrutural no grupo, a África do Sul detém 3%, sendo a menor taxa porcentual de PIB interno do grupo, em seguida a Rússia com 13%, a Índia 14%, o Brasil 18% e a China com 52% do PIB total nos BRICS (GOLDMAN SACHS, 2011).

Os dados diferenciam os membros entre si, seja comparados desde a base de criação do bloco, seja na convergência dos interesses estatais ou em uma divergência de suas capacidades materiais e de poder, diante da formulação de suas políticas públicas externas em uma tentativa de disciplinar e fortalecer os processos de atuação e participação de cooperações bilaterais e multilaterais.

Por sua vez, em dados quantitativos referentes à produção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita no ano de 2017, observam-se assimetrias estruturais *per se* em suas interseções de relações econômicas e financeiras para com a política internacional dos Estados em suas relações multilaterais na governança global. Vejamos em dados econômico o PIB dos Estados membros dos BRICS:

Crescimento do PIB per capita (% anual)



País	2006	2016
Brasil	2.8	-4.4
China	12.1	6.1
Índia	7.6	5.9
Federação Russa	8.5	-0.4
África do Sul	4.2	-1.3

Dados das contas nacionais do Banco Mundial e arquivos de dados das Contas Nacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Fonte: http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?end=2016&locations=BR-CN-RU-ZA-IN&name_desc=false&start=2006&view=chart

O bloco vive uma reestruturação em sua vida econômico-financeira se olhado a partir de uma perspectiva de análise do crescimento do seu PIB desde a sua criação. Outrossim, é perceptível um processo de transformação nas diretrizes de criação e suas agendas políticas a partir dos interesses nacionais estabelecidos por suas governanças internas que passam por um processo de reorientação estrutural no desenvolvimento de políticas públicas e em suas agendas internacionais.

Principalmente se olharmos a posição de atuação e desenvolvimento dos Estados diante de fortes crises econômicas internas frente aos novos desafios globais, marcados por transições presidenciais e fortes crises político-econômicas e sociais.

Os Estados membros do bloco para com suas relações com os EUA frente às políticas públicas de interesse nacional do governo Barack Hussein Obama II, e posteriormente para com a sua saída da presidência e a entrada do atual presidente Donald Trump, face a uma conjuntura de agrupamento de agendas políticas assimétricas na agenda internacional, traz-nos elementos pragmáticos de coalizões estruturantes intra-grupo quanto à supremacia econômica ocidental.

No entanto, é evidente que o bloco passa por uma reorientação interna em suas diretrizes para com o desenvolvimento e atuação de grupos de trabalho em diversas áreas de interesses, como saúde, educação, tecnologia, ciência, inovação, finanças, economia, agropecuária, erradicação da pobreza, entre outras agendas. Estas agendas constituíram o alicerçamento de bases e relações, para atuação e fortalecimento do desenvolvimento de novos acordos de cooperação intra-grupo, passando de um estágio embrionário para o de mediação e a prática da cooperação à consolidação das relações estatais enquanto agrupamento BRICS.

É fato que os BRICS encontram-se em um processo de transição da sua fase embrionária para o de mediação e a prática da cooperação, uma vez que um dos maiores interesses da cooperação intra-grupo inicial foi posto em prática recentemente, que foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também apreciado como Banco de Desenvolvimento dos BRICS, sediado em Xangai na China. Inicialmente o novo banco foi recebido pelo Mercado Financeiro com certa desconfiança ou propriamente com certo grau de “ceticismo” no cenário ocidental, se comparado às suas contribuições, limites e/ou proporções que encarregariam as suas taxas de crescimento no mercado internacional ou precisamente aos limites intra-grupo.

Todavia, o bloco, com o seu processo de institucionalização e início das práticas de cooperação financeiro-econômica do Banco para com os Estados intra-grupo, traz elementos de personificação de interesses monetários próprios, elemento este de fortalecimento, assim como, passível de questionamento quanto as capacidades estruturais do NBD para rivalizar com os acordos e empréstimos dos BRICS em relação ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (DESAI, 2013).

No entanto, conforme aponta Desai (2013), este ceticismo ou desconfiança quanto às capacidades do NBD é enganador, pois os BRICS possui uma argamassa que liga,

sua experiência comum e rejeição, do modelo de desenvolvimento neoliberal das últimas décadas e do FMI dominado ocidental e do Banco Mundial que ainda o defendem. Seu rápido desenvolvimento ao longo das últimas

décadas. Os países cujos governos foram capazes e dispostos a resistir a este modelo se desenvolveram mais rapidamente. Todos os países da Brics tornaram-se mais conscientes disto desde o início da atual crise financeira e econômica, embora a retórica e as políticas individuais dos países diferem no grau de sua crítica às políticas neoliberais. Uma vez que isso é compreendido, a crescente coerência dos BRICS tornam-se evidente. Eles há muito tempo pediram a reforma do FMI e do Banco Mundial, no entanto ao invés de esperar, eles decidiram agir³ (**tradução nossa**).

Ainda que recente, é evidente que o NBD, face à composição estatal-geográfica dos BRICS quanto às suas capacidades materiais e de *Soft Power*, se constituem no Sistema Internacional, como uma ferramenta de transformação dinâmica da economia global. Revela o início de uma reorientação do comércio e de investimentos intra-grupo para com outros blocos ou propriamente de forma direta quanto a outros Estados, como os EUA.

Um dos interesses expressos do NBD repousa nas coalizões de investimentos diretos em moeda local intra-grupo, aumentando a cooperação entre os bancos de desenvolvimentos dos Estados para com o NBD, na medida em que, propicia o aumento do comércio entre os países do agrupamento, facilitando assim “a obtenção de financiamento com instituições de fomento do país em que o investimento será realizado, e também evita a vinculação do negócio ao dólar, e, portanto, a exposição à flutuação cambial” (SODRÉ, 2012).

Outrossim, considerando as complexidades ou assimetrias de cada Estado, os BRICS vislumbram alternativas financeiras por meio da prática da cooperação no viés da integração no próprio agrupamento, uma forma de fortalecimento, controle interno econômico e atração de recursos externos para o crescimento econômico, financeiro e comercial do bloco, por meio da criação, em 2012, de uma aliança das bolsas dos países BRICS, denominada como BRICSmart.

Esta, constitui uma plataforma que oferece aos investidores um acesso mais fácil aos mercados dos BRICS, através de derivativos do índice de ações de referência, atuando sob os índices das bolsas de “BM & FBOVESPA do Brasil, MICEX-RTS da Rússia, BSE Ltd (anteriormente conhecida como Bombay Stock Exchange) da Índia. Hong Kong Exchanges and Clearing Limited (HKEx), como o representante inicial da China e Johannesburg Stock Exchange (JSE) da África do Sul”⁴. Esta plataforma de

³ Ver mais em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/apr/02/brics-challenge-western-supremacy>

⁴ Ver mais em <http://www.bseindia.com/markets/Derivatives/DeriReports/AboutFI.aspx>

análise e bases de índices de investimento entrelaçadas às diretrizes do NBD impulsiona a governança econômica internacional dos BRICS, afastando-os do neoliberalismo e do domínio ocidental.

É fato que diante as diferentes capacidades de *Hard Power* e *Soft Power* e atuação e barganha face aos pesos econômicos de cada Estado, como a Rússia e a China, a prática da boa governança intra-grupo face suas capacidades de poderes devem ser trabalhadas de forma a não desmerecerem os poderes dos demais Estados membros. No entanto, considerando as características de cada Estado e os interesses do agrupamento, as economias dos BRICS poderão repousar sobre as suas diretrizes por meio da premissa da multilateralização, conforme já ocorre com a China na Chiang Mai Initiative Multilateralisation (CMIM)⁵.

A prática da multilateralização aplicada aos BRICS constituirá uma alternativa clara e implacável enquanto importante elemento de maximização da prática da cooperação quanto à ampliação do agrupamento e seu poder de atuação no Sistema Internacional, uma ampliação das relações quanto às capacidades de cada Estados e suas práticas da “boa-fé” para com os interesses maiores do agrupamento.

3.2 BRASIL PARA OS BRICS

O Estado brasileiro, “a partir de um ‘império luso-tropical’ no século XIX, de ‘país de futuro’ em meados do século XX, até a concepção de ‘Brasil-potência’ do período do regime militar (...), bem como a classificação do Brasil como potência média, país intermediário ou potência regional” (SILVA, 2013) gozou nas últimas décadas, perante o fortalecimento da corrente ideológica neoliberal, de uma política externa “ativa e altiva” (AMORIM, 2015), vindo a alcançar protagonismo no cenário internacional através da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT (2003-2011), popularmente conhecido como Lula, à presidência da República.

Este período foi marcado por transformações estruturais em sua política externa e diplomática que, por sua vez, de acordo com Amorim (2010, s/n) “o Brasil desenvolveu uma diplomacia independente, sem subserviências e respeitosa de seus

⁵ É uma organização de acordo de troca de moeda multilateral entre os dez membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), República Popular da China (incluindo Hong Kong), Japão e Coréia do Sul

vizinhos e parceiros. Uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade⁶”.

Face a estes valores, a política pública, enquanto política externa brasileira a partir do Governo Lula que, por sua vez, esteve entrelaçada aos traços e elementos de ascensão em foros internacionais iniciada no final do Governo de Cardoso (1995-2002), acendendo forças motrizes de amplas inserções diretas em diversas instituições, blocos e foros internacionais em termos de ampliação de suas relações bilaterais e multilaterais Sul-Sul.

O Estado brasileiro, sob a ótica no governo Lula, revelou-se atuante na abertura de diálogos e espaços para com os Estados Sul-Sul com vistas às reduções de vulnerabilidades destes países para com a sua integração regional, no desenvolvimento local de suas políticas públicas e em seus processos de alianças e cooperações no cenário internacional, como os Estados africanos e asiáticos.

Este momento marcou o fortalecimento e a busca do aprofundamento da integração regional do Brasil no âmbito do MERCOSUL, reforçando a entrada de governos pós-neoliberais na América do Sul, na medida em que o mesmo se utilizou da estabilidade político-econômica herdada do governo anterior para a promoção de uma reforma econômica e política de aprofundamento ativo da política externa brasileira na aplicabilidade dos interesses comerciais na África e com relação à China.

Durante o governo Lula verifica-se uma reorientação da postura do Estado brasileiro no cenário internacional em consonância com as nações emergentes, por meio da formação de blocos ou coalizões destinadas a aumentar o seu poder de barganha e interferência em instâncias como FMI, ONU, OMC e grupos como G-4 e G-20. Importantes processos de cooperação e de integração regional, como Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia (ALC-EU), Aliança de Civilizações, Cúpula América do Sul – África (ASA), Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focalal), Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e outros; constituem-se como meio de instrumentalização das potencialidades do Estado

⁶ Ver mais em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=8076:eleicao-de-wanderlino-nogueira-neto-ao-comite-dos-direitos-da-crianca>

brasileiro, na medida em que se promoveu uma intensificação das nações emergentes, com preceitos relacionados à solidificação de suas capacidades e ao aumento do poder de atuação frente ao bloco da União Europeia (UE), aos Estados Unidos da América e outras potências.

Não obstante, entendida a política externa brasileira a partir de 2003 como “ativa e altiva”, por meio da reorientação política do Estado brasileiro no cenário internacional, em consonância com os Mercados Emergentes, no ano de 2006 a coordenação entre Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), iniciou de maneira informal, com reuniões de trabalho à margem da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, encontros regulares com o Estado russo, indiano e chinês para pensar e discutir como estes quatro Estados poderiam fortalecer seus laços e articular posições para lidar com os desafios e a promoção de políticas globais de forma conjunta.

Em 2007, o Estado brasileiro assumiu a liderança da organização dos encontros à margem da Assembleia Geral e, nessa ocasião, verificou-se que o interesse em aprofundar o diálogo merecia a organização de reunião específica de Chanceleres do então BRIC, ainda sem a África do Sul. Em seguida, em 2008, foi realizada a primeira reunião formal dos Chanceleres do BRIC em Ecatimburgo, na Rússia.

Desde então, a partir de 2009 onde foi realizada a I Cúpula de Chefe de Estados, o acrônimo criado alguns anos antes pelo economista do Goldman Sachs Group e colunista da Bloomberg View, Jim O' Neill, passou a constituir a nova entidade de base de relações político-diplomáticas, chamando atenção de potências tradicionais a adaptarem-se às novas estruturas, desafios e paradigmas globais.

Em 2010, o grupo passou a vigorar enquanto BRICS, acrescentando mais um ente, a África do Sul; por sua vez, a organização passou a orientar-se frente às novas realidades e desafios na política internacional, por duas vertentes: (i) a coordenação em reuniões e organismos internacionais; e (ii) a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros.

O Estado brasileiro, desde a organização do bloco, primeiramente BRIC e posteriormente BRICS, revelou-se fortemente atuante na maximização de seus laços econômicos e financeiros nas mais variadas e diferentes áreas e agendas, sob a ótica da cooperação multissetorial. A sua adesão à entidade promoveu o seu acesso direto e institucionalizado às diversas lideranças políticas, empresariais e organizações civis direta na Rússia, na China, na Índia e na África do Sul. Um privilégio em que o país consagra, de forma automática a cada ano, na criação e no fortalecimento de

plataformas institucionais para com as suas interações diplomáticas progressivas nas diferentes agendas de cooperação para com Estado orientais.

Desde a entrada do Brasil no grupo, sob as práticas do Chanceler Celso Amorim, os dados econômicos e financeiros referentes aos processos de cooperação são representados por um alto desempenho do Brasil na formação de novas bases e laços comerciais para com outros Estados, apresentando um vasto crescimento de sua economia sustentável apoiada por aspectos demográficos e de transformação de sua classe socioeconômica.

Por sua vez, traços de continuidade da política externa e econômica alicerçados nas práticas do governo Lula, são percebíveis no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), marcado por uma crítica de reorientação de interesses e fortalecimentos para com os Estados Unidos da América, assim como, uma crítica à falta de presença da presidenta Dilma no fortalecimento do Brasil em espaços e diálogos internacionais. Este período traz à luz, para além de uma reorientação, ora sim ora não, uma adaptação da política externa brasileira na conjuntura global, marcada por intersecções de sua crise política, econômica e social.

De fato, em 2014 a diplomacia Sul-Sul teve sua dimensão extra regional reforçada com a assinatura dos acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) – voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes à países em desenvolvimento, e com a celebração do Arranjo Contingente de Reservas (ACR)⁷, que “consiste em uma plataforma de apoio, por intermédio de instrumentos preventivos e de liquidez, em resposta a pressões de curto prazo, reais ou potenciais, sobre o balanço de pagamentos”.

Não obstante, desde 2014 o Estado brasileiro iniciou um processo de recessão de sua economia aliado a uma forte crise política. O desempenho da economia brasileira passou a gerar instabilidade interna e externa face a seus laços comerciais, chegando a baixos graus de investimento e uma grave queda do seu PIB, levando ao patamar de uma das piores economias do mundo.

No ano de 2016, após processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (2015-2016) em seu segundo mandato, o Brasil passou a ser comandado por um governo interino envolvido em escândalos políticos, em investigações de esquemas de corrupção e abalado por protestos sociais. Desde então, agências de risco passaram a

⁷ Ver mais em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8702.htm

rebaixar o Brasil em seu grau de investimento diante das incertezas políticas e da corrupção de alto nível, assim como observadores e analistas internacionais passaram a questionar o papel, o protagonismo e atuação do Brasil e nos BRICS na conjuntura internacional conforme publicado no Jornal The Guardian, em março de 2016.

Intitulado *Has the Brics bubble burst? Brazil, Russia, India, China and South Africa seem to be failing to justify predictions of 21st century domination*, o jornal britânico The Guardian (2016) traz à luz elementos de transformações políticas no Estados membros, como a alta corrupção, fraqueza institucional, ausência e/ou falta de responsabilidade democrática, falta de transparência na vida pública e controle independente de comportamento oficial. Este e outros elementos apresentados no artigo revelam características similares intra-grupo de enfraquecimento recorrente dos Estados constitutivos do bloco BRICS.

Todavia, diante dos elementos e características similares apresentadas entres os Estados, é pouco provável que os mesmos enfraqueçam o seus respectivos interesses no processo de agrupamento do bloco, considerando suas relações e interesses político-comerciais, além de representarem uma aliança que está disposta a não só manter, mas a fortalecer a cooperação multilateral intra-BRICS em diversas áreas, como agricultura, meio ambiente, ciência e tecnologia entre outras áreas. Representando também uma união geoestratégica de capacidades similares e que se completam no fortalecimento de poderes em diversas instâncias, organismos e foros internacionais a se contraporem aos novos desafios globais de ordem hegemônica.

3.3 CHINA PARA OS BRICS

A República Popular da China foi fundada em 1º de outubro de 1949, com sua capital em Beijing (ou Pequim), cunhada por um sistema de democracia popular socialista de mercado, apresentando-se enquanto um Estado de amplas capacidades estruturais geopolíticas frente às grandes potências europeias e aos Estados Unidos da América.

A China, governada pelo Partido Comunista da China (PCC), sob um sistema unipartidário, é considera a maior potência estado-nação da Ásia Oriental e o Estado mais populoso do mundo. Sua civilização é baseada em monarquias hereditárias, conhecidas como dinastias ainda em seu período imperial. O que por sua vez, floresceu ao longo de sua história, enraizada por elementos conjunturais de sua cultura em seu sistema político, econômico e social.

Já seu estado-nação territorial, aqui compreendido como unidade política

consagrada como uma das mais fundamentais características da política chinesa. Isso permanece de longe a questão mais importante na vida política chinesa. Sua origem repousa não no curto período em que a China tornou-se um estado-nação, mas na experiência e na idéia da civilização chinesa. O fato de que a China tenha passado tanto tempo de sua história sob vários graus de desunião, e a um custo tão elevado, ensinou aos chineses que a unidade é sacrossanta...todo chinês é parte da civilização chinesa e portanto da China. Não se trata de uma questão de escolha (JACQUES, p. 2010, 2009).

Desde cedo, ainda quando iniciou sua formação enquanto Estado, introduziu um modelo político e econômico que, mais tarde, marcado por reformas em consequência das transformações pós-Guerras Mundiais I e II e a Guerra Fria, cunhou um modelo econômico-cultural de rápida ascendência e crescimento comercial, civil-militar e de inovação científico e tecnológica do Estado no Sistema Internacional, tornando-se a maior potência exportadora e o terceiro maior importador de mercadorias. Reflexos de crescimento em rápida escala, desenvolvimento científico e tecnológico frente às grandes potências, face a seu modelo cultural, a China introduzia em sua nação uma transformação social, precisamente poderíamos delinear por uma inovação de gestão política a partir de preceitos culturais voltados à redução da alta taxa de pobreza, elevando seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), se considerado de forma isolada somente em sua capital, na medida em que ampliou o desenvolvimento de sua economia de política pública, passando a ofertar e desenvolver programas de políticas sociais e acelerando amplamente sua industrialização e reduzindo a taxa de desemprego.

A China foi governada em seus diferentes períodos presidenciais pelos cinco princípios da “coexistência pacífica”, que são eles “(1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não-agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; e (5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes” (VISENTINI, 2013, p.19). Outrossim, a China, a fim de alcançar seus objetivos a partir dos princípios da coexistência pacífica, orientou-se por:

Promover a construção de um mundo harmonioso; Buscar uma política externa independente de paz; Promover um novo pensamento sobre a segurança baseado na confiança e no benefício mútuo, na igualdade e na coordenação; Estar à altura de suas responsabilidades internacionais; Promover a cooperação regional e as relações de boa-vizinhança; O desenvolvimento pacífico leva adiante a tradição histórica e cultural da China; O desenvolvimento pacífico é uma imposição das condições nacionais

básicas da China; O desenvolvimento pacífico é uma escolha que representa uma tendência global⁸.

Ademais dos cinco princípios da “coexistência pacífica” e seus objetivos, que apresentam suas linhas diretrizes culturais norteadoras de suas condutas externa e interna, a China tem desenvolvido uma política diplomática de

independência, de autonomia e de paz, e tem desenvolvido ativamente, baseada nos cinco princípios de coexistência pacífica, relações amistosas de igualdade e benefício recíproco com diversos países do mundo, reforçado a unidade e a cooperação com os países do terceiro mundo e se opõe ao hegemonismo em prol da paz mundial (DUQING, p.02, 1990).

Ainda de acordo com Chen Duqing⁹ (p.02, 1990), podemos elencar de forma resumida, os dez pontos essenciais que têm demarcado o conteúdo primordial e seus princípios fundamentais da política externa independente em prol da paz via a unidade e cooperação promovida pela China desde sua fundação.

Estes princípios e fundamentos, face a sua unidade e a cooperação, são traços gerais norteadores de sua linha cultural e política, se pensado o seu protagonismo na conjuntura internacional atual frente aos movimentos de coalizões relacionados às grandes potências, assim como diante dos elementos e meios utilizados pelas mesmas para se manterem presentes e atuantes no Sistema Internacional.

A seguir estão os dez pontos resumidos das linhas gerais da política externa da China¹⁰:

a) Tendo em vista os interesses a longo prazo e os interesses fundamentais do seu povo e dos demais povos do mundo, a China trata como o objetivo básico da sua política exterior, combater o hegemonismo, defender a paz mundial, desenvolver a cooperação amistosa com todos os países e promover a prosperidade econômica conjunta. b) A China sustenta que todos os países do mundo, grandes e pequenos, ricos e pobres, fortes e fracos, devem ser todos iguais, opondo-se resolutamente & afronta dos pequenos pelos grandes, a opressão dos pobres pelos ricos e a humilhação dos fracos pelos fortes. Os assuntos próprios de um país devem ser solucionados pelo seu povo e os assuntos do mundo devem ser resolvidos pelos países interessados mediante negociações e consultas e não devem ser decididos por uma ou duas superpotências. A China jamais buscará a hegemonia e opor-se-á firmemente ao hegemonismo, sob qualquer forma e venha este de onde vier. c) Em qualquer momento e em qualquer circunstância, a China persistirá firmemente na sua independência e autonomia. Ao tratar qualquer problema

⁸ Ver mais em: http://www.ciecs-conicet.gob.ar/asialatinoamerica/textos/1-Conferencia%20Paulino.htm#_ftn1

⁹ Chen Duqing foi cônsul geral adjunto da República Popular da China em São Paulo e chefe da Divisão da América do Sul do Departamento das Américas e Oceania do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China.

¹⁰ Textoda conferência realizada no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) em 8 de agosto de 1990, pelo Chen Duqing foi cônsul geral adjunto da República Popular da China em São Paulo.

internacional, definira as suas posições e atitudes com o que considere justo ou injusto, em cada caso particular, o critério pelo qual a China distingue o justo do injusto reside em determinar se ele favorece ou não a salvaguarda da paz mundial, o desenvolvimento da cooperação amistosa entre os países e a promoção da economia mundial. d) A China jamais dependerá de nenhuma das superpotências e não alinhara nem estabelecerá relações estratégicas com nenhuma delas. e) A China respeita estritamente os cinco princípios de coexistência de respeito mútuo a soberania e a integridade territorial; não agressão; não intervenção nos assuntos internos de um pelo outro; igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica e, procura estabelecer ou restaurar e desenvolver as relações normais com base nestes princípios com os diversos países do mundo, conviver harmoniosamente e cooperar amistosamente com todos eles, mantendo que identidade ou diferença de sistemas sociais e de ideologias não seja motivo de aproximação ou afastamento. A China opõe-se resolutamente que, a pretexto da identidade ou da diferença de sistemas sociais e de ideologia, qualquer país justifique a ocupação de territórios alheios e a intervenção nos assuntos de outros países e, repudia categoricamente as atividades terroristas sob qualquer forma, considerando que, somente após serem eliminadas as causas sociais e políticas, este tipo de ações poderá vir a ser resolvidas definitivamente. f) A China pertence ao terceiro mundo e insiste em tomar como o ponto de partida básico das suas relações externas a intensificação e o desenvolvimento da unidade e da cooperação com os países do terceiro mundo. Opõe-se firmemente ao imperialismo ao colonialismo e ao racismo e apóia os países do terceiro mundo na sua justa luta pela conquista e salvaguarda das suas independências nacionais. A China apoia os países do terceiro mundo nos seus esforços para desenvolverem economias nacionais e melhorarem as relações Norte-Sul e expandir a cooperação Sul-Sul, e deseja sinceramente que os países do terceiro mundo reforcem a unidade entre si e resolvam por meios pacíficos os seus conflitos através de consultas amistosas e obstem a intervenções externas. g) A China opõe-se à corrida armamentista e à sua ampliação para o espaço extraterrestre. Ao realizar o seu primeiro teste nuclear, a China apresentou uma proposta sobre a proibição total e o completo desarmamento nuclear, declarando ainda que, qualquer que sejam as circunstâncias ou o momento, não será a primeira a recorrer às armas nucleares. A questão primordial da atualidade consiste em que as duas superpotências devem ser as primeiras a reduzirem consideravelmente os seus poderios nucleares de modo a criar condições propícias para o desarmamento nuclear de todos os países nuclearizados. A China pronuncia-se também pela proibição total e destruição completa de todas as armas químicas e por uma redução considerável do potencial bélico convencional simultaneamente ao desarmamento nuclear. Nos últimos anos, a China reduziu um milhão de efetivos das suas forças armadas. h) A China insiste em prosseguir uma política de abertura a longo prazo e em ampliar e desenvolver progressivamente – com base na igualdade e benefício recíproco – as cooperações e intercâmbios econômicos, comerciais, científicos e tecnológicos com todos os países do mundo. A política de abertura que a China aplica volta-se para o mundo inteiro, tanto para os países capitalistas como também para os países socialistas, tanto para os países desenvolvidos como também para os países em desenvolvimento. i) Observando os propósitos e os princípios da Carta das Nações Unidas, a China apoia os empreendimentos que as Nações Unidas realizam conforme o espírito da referida Carta, e toma parte nas atividades que este organismo internacional e as suas organizações específicas promovem tendentes a paz e ao desenvolvimento mundial. Participa amplamente em diversas organizações internacionais e desenvolve atividades diplomáticas multilaterais incrementando com empenho uma maior cooperação com todos os países nos diversos setores. A China é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e este voto pertence ao terceiro mundo. j) A China presta grande atenção aos seus intercâmbios com os povos de todos os países. O

Governo chinês estimula e apoia as suas entidades de massas, as suas organizações populares e as personalidades representativas dos seus mais diversos setores em promover intercâmbios e em cooperar com os outros países nos domínios económico e cultural, educacional, científico, tecnológico, jornalístico, sanitário, e desportivo, incrementando assim o entendimento e amizade entre o povo chinês e os demais povos. A política interna e a externa da China constituem um todo único. A construção e a paz, a reforma e a abertura, a salvaguarda da dignidade da nação chinesa e a insistência na igualdade entre os países grandes e pequenos nos assuntos internacionais são, no entender da China, unificados e inseparáveis um do outro. Sendo um país socialista em vias de desenvolvimento, a China compreende perfeitamente as suas obrigações e as responsabilidades na arena internacional. (DUQING, p.02, 1990)

Por sua vez, se pensadas as linhas gerais da política e de relacionamento diplomático da China para com os outros Estados, a política exterior chinesa tem representado uma continuação e ampliação de sua política externa enquanto política interna pública, assegurando seus pilares de modernização, transformação económica, e de inovação social, tecnológica, científica e financeira de seu Estado para com sua população e suas relações exteriores.

A China configura-se no Sistema Internacional como uma potência em diversos segmentos de modernização e transformação, principalmente industrial, nuclear, financeira, académica e militar, face a sua posição determinante na economia internacional e a sua atuação em diversos órgãos e/ou entidades, como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e de várias outras organizações multilaterais, incluindo a Organização Mundial do Comércio, Cooperação Económica Ásia-Pacífico, Grupo dos Vinte, Organização para Cooperação de Xangai e os BRICS.

O Estado chinês possui fortes engajamentos e interesses de laços políticos, económicos e diplomáticos para com os países africanos na área comercial e de cooperação bilateral e multilateral, assim como para com os Estados da América do Sul, revelando seu maior parceiro comercial com o Brasil, seguido da Argentina. É considerado também como a principal exportadora para o Paraguai.

Por sua vez, as relações diplomática sino-brasileira estabelecidas no dia 15 de agosto de 1974 desencadeou um rápido progresso pacífico no desenvolvimento amigável de várias práticas de cooperações, como a pesquisa e fabricação de satélites de recursos terrestres, conhecido pela sigla “CBERS”. Este feito, a ser descrito precisamente no capítulo seguinte, representa um entendimento e maturidade de alto nível das relações bilaterais na prática da cooperação em termos de tecnologia de ponta entre países de crescimento emergente.

Outrossim, a China, junto com outros Estado além do Brasil, como a Rússia, a Índia e a África do Sul, passou a expressar e gozar de amplas vantagens conjunturais diante do desenvolvimento de interesses em conjunto face à ampliação de seus processos de cooperação em diversos segmentos a partir da criação dos BRICS, principalmente por meio da agricultura e de recursos naturais para com a China e na área de ciência e tecnologia e inovação para com o Brasil, pensando-se nesse estudo de caso as relações sino-brasileira. “A China tem com uma de suas principais prioridades nos últimos anos a busca por matérias-primas e recursos energéticos, (...) por isso tem se aproximado consistentemente da América Latina, do Oriente Médio, principalmente, da África” (VISENTINI, 2013, p.27).

Não obstante, a China ampliou suas estreitas relações para com Estados vizinhos e o eixo Sul-Sul no governo de Hu Jintao (2003 - 2013), na medida em que, contra a dominação e ascensão dos Estados Unidos da América na região asiática, tem buscado o fortalecimento de sua presença nas Nações Unidas na promoção de forma conjuntural através de blocos e foros comerciais, como os BRICS. Conforme aponta Visentini (2011b),

Quando os Estados Unidos iniciaram uma grande intervenção na Ásia Central e no Oriente Médio, em função da "guerra ao terrorismo", os interesses chineses foram gravemente afetados. Havia projetos de oleodutos e gasodutos em marcha nessas regiões, e a segurança energética foi ameaçada. Para evitar confrontos com Washington, Pequim procurou um espaço onde sua inserção fosse menos onerosa diplomaticamente. Esse espaço era a África e, em menor medida, a América do Sul (VISENTINI, 2011b, p.140).

O ex-presidente Hu Jintao (2003 - 2013), enraizado por um diplomacia de ‘ascensão pacífica’ do tipo *soft power*, desenvolveu suas relações exteriores pautado por princípios e fundamentos de constituição dos BRICS face às diretrizes norteadoras dos cinco princípios de coexistência pacífica, empreendendo esforços no melhoramento das relações Norte-Sul.

Na medida em que expandiu as relações e práticas de cooperação Sul-Sul, principalmente nas relações estatais entre Índia e Rússia, assim como na expansão e presença chinesa na África do Sul e para com o Brasil, defendendo também a posição e o engajamento desses Estados, por uma modificação da hegemonia da velha ordem econômica internacional na busca de uma solução pacífica das práticas de negociações sem interferência alheia, etc.

4. COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA

4.1 ELEMENTOS PRELIMINARES DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRA

Em 2018 a relação entre a China e o Brasil completou 44 anos de elo diplomático, que se estendeu informalmente desde a sua fundação enquanto República Popular da China, no ano de 1949, até a assinatura do acordo de reconhecimento diplomático entre os dois países, em 1974. Este período foi marcado por assimetrias estruturais e conjunturais no desenvolvimento do alicerce diplomático entre ambos os países. Ora inicialmente com a fase embrionária das “vontades” para com o fortalecimento das relações políticas, iniciada com a visita do Vice-Presidente João Goulart à China em 1961. Ora com o distanciamento político a partir da instauração do regime militar brasileiro, afastando-se da prisma brasileira de uma “política externa independente”, orientando-se as potências ocidentais.

Ainda que a base das relações diplomáticas se desse oficialmente em 1974, por meio da assinatura do acordo de reconhecimento diplomático entre os dois países, o Brasil iniciou na década de 1960 a fase de aproximação para com o Estado chinês, demarcando uma política de alargamento de parceiros estratégicos comerciais, econômicos e políticos, ascendendo a sua postura no cenário internacional. Este período de aproximação se fez durante o governo de Jânio Quadros, entre janeiro de 1961 e agosto de 1961, em que “o Brasil aproximasse-se da China. Em agosto de 1961, por exemplo, o Vice-Presidente João Goulart visitou a China, tornando-se o primeiro governante brasileiro a realizar uma visita oficial ao país” (BECARD, 2011, p.32).

Por sua vez, conforme aponta Becard (2010, p.31), as relações sino-brasileiras, em sua fase embrionária, foi marcada por dois grandes objetivos entre as partes, “a vontade chinesa de prosseguir com sua política de libertação nacional e o interesse brasileiro de alargar sua lista de parceiros comerciais e aumentar seu prestígio internacional”.

Diante das transformações políticas nacionais, com a instauração do regime militar brasileiro em 1964, que se estendeu até 1985, o então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), no comando inicial da ditadura militar, começou uma fase de distanciamento com a China, retraindo a política externa independente até então praticada para um reorientação em bases políticas ocidentais, principalmente para com os Estados Unidos. Este período demarcou o rompimento brasileiro com as relações chinesas, “sob a influência de ideias discriminatórias e do repúdio às práticas comunistas revolucionárias” (Idem).

Outrossim, face ao regime de ditadura militar no Brasil (1964-1985) e às transformações por meio do radicalismo da Revolução Cultural chinesa (1966 e 1976), “ambos os governos enfatizaram as profundas diferenças entre si, ressaltando, no entanto, a possibilidade de uma ação conjunta no sistema internacional que permitisse atingir objetivos comuns” (OLIVEIRA, H., 2010, p.88).

As relações sino-brasileira, em uma ação conjunta que permitisse atingir os objetivos de uma agenda comum entre ambos os países, foram orientadas por diretrizes de política externa condicionadas a uma “determinação em assegurar autonomia internacional, ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos” (Idem).

Ainda de acordo com Oliveira (Idem), os países apresentavam retóricas similares às outras agendas internacionais, como “a oposição à diplomacia de direitos humanos dos Estados Unidos e a responsabilidade comum à cooperação multilateral Sul-Sul, em especial a oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos”.

À vista disso, desde cedo as relações sino-brasileiras demarcaram em seu alicerce diplomático, princípios e diretrizes norteadores comuns às partes para a promoção, fortalecimento e ascensão de dois países. Ora distantes em suas raízes culturais, porém, carregados por determinantes comuns de interesse por um realinhamento estratégico de uma reorientação das relações de países em crescimento no cenário internacional a enfrentar as transformações políticas globais que estariam por vi, principalmente em decorrência das transformações domésticas de cada Estado e da Guerra Fria.

Se no início do regime militar (1964) o estado brasileiro assinalou um distanciamento para com a diplomacia chinesa, mais tarde, na década de 1970, alguns fatores permitiram a reaproximação entre as partes. Nesse período, a China imprimiu uma transformação interna, que por sua vez passou a desenvolver novas bases estratégicas a romper o isolamento de Pequim no Sistema Internacional na medida em que, angariava apoio e reconhecimento menos ideológico e mais pragmático de sua política externa. Este reconhecimento também foi resultado da postura brasileira adotada face à instauração de sua nova base de política externa nacional-desenvolvimentista.

Todavia, apesar dos empenhos de aproximação sino-brasileira, alguns “aspectos ligados à ideologia de segurança nacional e ao combate ao comunismo persistiram na definição dos interesses nacionais brasileiros durante o governo Médici

(1969-1974), impedindo, mas por pouco tempo, a oficialização das relações (BECARD, 2011, p.32). No entanto, por consequência de seus interesses estratégicos, com base em uma nova política orientada para com os interesses nacionais e internacionais,

a China diminuiu seu apoio aos movimentos revolucionários na América Latina (considerados inaceitáveis pelo regime militar brasileiro) e buscou desenvolver uma diplomacia estratégica de governo a governo – prometendo respeitar o princípio de não intervenção em assuntos internos (também adotado pela diplomacia brasileira). Interessava à China encerrar o isolamento de Pequim no sistema internacional, aumentar sua legitimidade internacional e angariar apoio e reconhecimento, inclusive perante atitudes independentistas de Taiwan. Frente aos ganhos limitados obtidos até então, a política externa chinesa também passou a ostentar atitudes menos ideológicas e mais pragmáticas, voltando-se não apenas para a busca de segurança e independência, mas principalmente do desenvolvimento nacional. A opção de participar ativamente das questões americano-soviéticas, a partir da década de 1970, modificou profundamente a situação internacional da China, proporcionando-lhe mais segurança frente à URSS, maior inserção no mundo dos negócios ocidental e mais chances de alcançar suas ambições político-econômicas. A obtenção de assento permanente, antes ocupado por Taiwan, no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971, em troca da aproximação com os Estados Unidos para fazer face à URSS, trouxe melhoras progressivas para as relações internacionais da China, tirando a de seu isolamento político. (BECARD, 2011, p.32).

Somente a partir da década de 1970 as relações sino-brasileira começaram a ser construída em bases mais sustentáveis, todavia, ainda de forma lenta e gradual. No entanto, foi no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) que se tornaram possíveis relações diplomáticas com vistas ao estabelecimento de acordos de cooperação com a China. Este período, caracterizado por bases de fixação das relações sino-brasileira até o ano de 1990, decorreu de forma sucessiva por meio de premissas que reorientavam da postura política doméstica chinesa quanto às novas bases de relacionamento para com os países no cenário internacional, norteando-se, face a suas diretrizes culturais de compreensão de paz e evolução, por uma ótica de “mundo harmônico”, respeitando

as diferentes civilizações, os diferentes modos de produção e persegue ideais de igualdade, respeito, benefício mútuo e harmonia entre as diferenças. E, ainda que isto aparente ser abstrato, estabelece um roteiro para a prática diplomática, voltada não só à garantia da paz e do desenvolvimento, mas também à cooperação (OLIVEIRA, H., 2010, p.91).

A China, à luz de uma ótica por uma evolução em um “mundo harmônico”, marcado por mudanças de reestruturação doméstica, após a morte de Zhou En-lai e de Mao Zedong, ambas em 1976, face às demandas de modernização estrutural em sua economia, de recursos para potencializar suas relações e parcerias sul-sul, assinou somente em 1978 o seu primeiro Acordo Comercial com o Brasil. Este, por sua vez, deu início ao desenvolvimento comercial entre as partes, evoluindo ainda de

forma gradual, indo de US\$ 19,4 milhões em 1974 para US\$ 202 milhões em 1979. Produtos primários como algodão, açúcar e farelo de soja figuraram entre os mais exportados para a China naquele momento (50% do total), enquanto, sobretudo, elementos químicos e farmacêuticos (67% do total) foram os produtos chineses mais importados pelo Brasil. A partir de 1978, o petróleo passou a representar mais de 95% dos produtos importados da China por brasileiros (BECARD, 2011, p.33).

Na década de 1970, as relações sino-brasileira representavam o início mútuo de uma grande parceira comercial, financeira, estratégica e principalmente política e diplomática para o Estado asiático e o Estado latino-americano e caribenho, embora não houvesse grandes resultados, ficando este período marcado como embrionário no campo comercial e financeiro das relações bilaterais sino-brasileira, da Ásia para com a América Latina e o Caribe e vice e versa.

Somente mais tarde, na década de 1980, face a uma postura estrutural de edificação das relações regionais na América do Sul, diante de mudanças sistêmicas promovidas desde 1970, novas bases políticas impulsionaram mudanças significativas na política nacional e externa. Uma ampliação das relações diplomáticas regionais e Sul-Sul, levando o Brasil, na década de 1980, a adotar uma política de estreitamento estratégico baseada nos pressupostos da integração regional, por uma ampliação das suas capacidades de infraestrutura e tecnológica, em uma modernização, assim como o início de novas bases de diretrizes para com Mercados Emergentes, principalmente asiáticos. A China, por sua vez, adotou

a partir dos anos 1980, estratégias de desenvolvimento baseadas na ampliação de suas relações internacionais, sobretudo com vistas à aquisição e dominação de tecnologias avançadas (parte do projeto das Quatro Modernizações – envolvendo a agricultura, indústria, ciência e tecnologia), à conservação de sua independência internacional e à aquisição de status de “igual aos grandes”. (...) Em termos gerais, a política externa da China para a América Latina nos anos 1980 foi condicionada às possibilidades de contribuição ao próprio desenvolvimento nacional, tendo sido dada prioridade às realizações menos espetaculares e onerosas. A opção por não mais rivalizar com as grandes potências e avançar nos projetos de modernização levou a China a colocar ênfase apenas na cooperação “Sul-Sul” que pudesse trazer vantagens econômico- comerciais concretas. Em particular, além de apoiar processos de integração e criticar políticas intervencionistas das superpotências naquela região, sobretudo dos Estados Unidos, a China aumentou a troca de visitas com países latino-americanos e incrementou o processo de construção do aparato institucional, baseado na assinatura de acordos em áreas diversas e criação de grupos de trabalho bilaterais (BECARD, 2011, p.33).

Do fim da Ditadura Militar no Brasil à instauração de um novo regime democrático (1985), passando por uma política externa neoliberal (1990) à ascensão brasileira no cenário internacional, o Brasil ampliou suas relações em foros e

Organizações Internacionais, a exemplo de sua participação na adesão aos mais variados Acordos de Cooperação e Tratados Internacionais. Por exemplo, somente com a China

as possibilidades de ganhos concretos nas áreas econômica, científica e tecnológica levaram à assinatura de mais de 20 atos bilaterais com a China ao longo da década de 1980 – incluindo os acordos básicos nas áreas de ciência e tecnologia, energia nuclear e cooperação cultural e educacional –, permitindo a institucionalização das relações e enquadramento de ações futuras. As viagens à China do Presidente João Figueiredo, em junho de 1984 (primeira de um chefe de Estado e de Governo à China), e a do Presidente José Sarney, em julho de 1988, sinalizaram o fechamento do ciclo embrionário de dez anos – relativo ao estabelecimento formal das relações sino-brasileiras – e o início do ciclo de cooperação efetiva nas relações sino-brasileiras, a despeito das turbulências econômicas e acontecimentos políticos que iriam afetar o Brasil e a China nos anos seguintes (Idem, p. 33-34).

Apesar das turbulências político-econômico em ambos os países, a segunda metade da década de 1980 representa um marco na história das relações sino-brasileira, em que repousa o objeto de estudo desta pesquisa, a proposta de construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, o Programa *China-Brazil Earth Resource Satellite* (CBERS), lançado em 1988.

Este período, marcado por crises domésticas no desenvolvimento político, social e de ações voltadas à infraestrutura e às condições básicas de sobrevivência, apresenta também empecilhos para o desenvolvimento de boas práticas de cooperação entre ambas as partes, em que

diversos fatores como transporte caro, infraestrutura deficitária e produtos pouco competitivos – do lado brasileiro – e necessidade de ajustar o programa de reforma econômica e de efetuar melhorias na infraestrutura portuária e ferroviária – do lado chinês – foram identificados como sendo empecilhos à expansão do comércio bilateral (Idem, p.34).

Por sua vez, com a instauração de um novo regime democrático no Brasil, a eclosão de movimentos político-sociais voltados à reestruturação de projetos governamentais, assim como por parte da retração chinesa frente às repressões aos movimentos democráticos em 1989, face ao processo de desintegração soviético, leva a China à uma retração no Sistema Internacional.

No entanto, na década de 1990 o Brasil e a China imprimiram - principalmente a partir 1993, no governo de Itamar Franco - interesses voltados à continuidade no desenvolvimento do Programa CBERS, superando as dificuldades financeiras e comerciais diante da transformações domésticas, das reorientações bilaterais e multilaterais, assim como da promoção mais ativa de Forças Transnacionais perante a

instauração de um capitalismo selvagem, por meio das grandes multinacionais em diversas partes do mundo.

Deste modo, a seguir será apresentado, considerando as transformações a partir da década de 1990, o desenvolvimento do acordo de cooperação no setor Espacial, o Programa CBERS. Este é o resultado de uma grande parceria bilateral em relação à transformação do setor espacial nas relações de países Sul-Sul.

4.2 COOPERAÇÃO ESPACIAL SINO-BRASILEIRA: CBERS

Conforme exposto acima, a cooperação espacial sino-brasileira desenvolve-se diante de um contexto de mutação das relações bilaterais entre ambos os países, face a uma liberalização comercial, econômica, financeira, tecnológica e cultural. Assim como diante das dinâmicas de políticas globais, estruturais e conjunturais de Estados e Organizações Internacionais frente aos desafios internacionais como as novas alianças entre os países no período pós-Guerras, a ascensão das grandes multinacionais, os ataques terroristas, a degradação ambiental, a perda e o controle de áreas territoriais, as descolonizações, entre outros eventos.

A ascendência de Estados e Forças Transnacionais no Sistema Internacional, em meados de 1990, com o fim da Guerra Fria, requereu confrontações diretas na nova ordem hegemônica internacional até então estabelecida. Seja por meio da promoção ou nas participações em processos de cooperação e alianças em relações multilaterais ou bilaterais com novos parceiros estatais e com as Forças Transnacionais. Surge um novo meio de repensar as dependências de setores e atividades de países que se encontravam em desenvolvimento em relação a Estados de capacidades materiais, financeiras, tecnologias e econômicas de ordem hegemônicas.

Nesse cenário, as relações Sul-Sul - cujo conceito inicia a ser formulado na década de 1950 - apresentaram um necessário contraponto às marcas de um capitalismo selvagem no cenário internacional, dando lugar ao reconhecimento de abordagens, interesses e problemas comuns aos países do Sul com vistas a uma concertação política voltada à resolução de uma agenda econômica, política, sociocultural, tecnológica, financeira, entre outras áreas, para o bem-estar dos povos na vertente Sul-Sul. Essa relação, por sua vez, em seu conceito

não apresenta o mesmo significado do período da Guerra Fria. Hoje é seletivo e hierárquico, englobando países emergentes que não visam mais mudanças estruturais na Ordem Internacional, mas uma readequação das regras de forma a possibilitar a promoção de seus respectivos interesses (OLIVEIRA, H., 2010, p. 91).

Entre as inúmeras áreas ou campos de pesquisa e atuação em atividades para o desenvolvimento do bem-estar dos povos, dois Estados, Brasil e China, tornaram-se pioneiros no desenvolvimento de atividades na área da Ciência, Tecnologia e Inovação no Hemisfério Sul, conforme descrito por meio de suas relações iniciais no tópico anterior. A busca por meios mais eficazes no desenvolvimento Científico e Tecnológico, na esfera espacial, diante dos altos custos da dependência perante Estados controladores de fornecimentos de imagens de satélites por sensoriamento remoto para com outras nações, motivaram a China e o Brasil ao desenvolvimento de seus próprios satélites de sensoriamento remoto.

Este período de desenvolvimento dos próprios satélites sino-brasileiro, conforme salienta Becard (2011, p.34) - ainda que marcado por “crises e novos desafios na parceria sino-brasileira (1990-1993)” em uma construção à posteriori desenhada como “estratégica (1993-2003)” face às mudanças sistêmicas do fim da Guerra Fria à expansão, inserção e adaptação às novas fases da economia - traz à luz o aprofundamento da cooperação científica e tecnológica no setor espacial no projeto CBERS. Este aprofundamento é resultado dos interesses de continuidade seguidos pelos governos anteriores, principalmente a partir da instauração da democracia brasileira, em 1985.

As convergências em torno das relações comerciais, financeiras e em outros setores sino-brasileira, diante dos novos desafios, reafirmaram os votos de compromisso de governos como Fernando Collor de Mello, face aos reflexos de recuperação econômica do Brasil; do governo de Itamar Franco, face ao novo cenário de continuidade das relações já estabelecidas e de reafirmação ao projeto CBERS, assim como de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff.

Observa-se que a China e o Brasil, mesmo diante de situações contraditórias, demarcaram um “diálogo político diplomático consolidado e o amplo aparato jurídico-institucional” (Idem, p.35), sustentando as boas práticas de convivência e respeito a problemas a serem enfrentados em conjunto, buscando soluções pacíficas a ampliarem suas bases e relações diplomáticas, comerciais e em outras áreas de cooperação.

4.3 PROGRAMA CBERS

De acordo com Abi-Sad (1996), as primeiras evidências quanto à promoção de uma cooperação de forma bilateral no setor espacial surgiram no contexto da XXVI

Reunião do Comitê das Nações Unidas sobre o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS, na sigla em inglês), em Nova Iorque. Na ocasião, os representantes brasileiros encontraram-se com chineses para avaliar a possibilidade de cooperação entre os dois países em matéria de espaço exterior. Por sua vez, a cooperação no setor espacial ganhou terreno na agenda diplomática, fazendo com que a área passasse a ser tratada com maior interesse por ambos os países.

Observa-se que a partir desse momento foram despertados maiores interesses na elaboração de programas ou pesquisas de alto nível voltadas para o setor espacial. Esses interesses intensificaram o engajamento dos dois Estados na promoção da cooperação espacial, que passou a constituir um dos objetivos do Ajuste Complementar, de 29 de maio de 1984, no marco do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 25 de março de 1982.

Este Ajuste Complementar, assinado em 1984, estabeleceu, com base no seu Artigo I, que as partes promoverão suas pesquisas no setor espacial e a utilização do espaço exterior para fins pacíficos, com base nas leis e nos regulamentos de cada país e em normas de direito internacional universalmente reconhecidas.

No âmbito do presente Ajuste Complementar, a cooperação cobrirá as seguintes áreas conforme descrito em seu Artigo II:

1. Cooperação e intercâmbio em ciência espacial, tecnologia espacial e aplicações espaciais, inclusive os Satélites Sino-Brasileiros de Recursos da Terra e vários outros tipos de satélites, sensoriamento remoto e suas aplicações, comunicação espacial, materiais espaciais e microgravidade. 2. Serviços de veículos lançadores de satélites. 3. Outras áreas que sejam discutidas e acordadas por ambas as Partes, incluindo-se serviços de lançamento e outros itens que sejam do interesse de ambas as Partes. (Artigo II, Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, 1998)

As ações conjuntas na área espacial, por meio do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Popular da China, tornaram-se possíveis a partir do dia 6 de julho de 1988, com a celebração de acordo para a construção conjunta de um satélite de sensoriamento remoto. O chanceler Abreu Sodré, como membro da comitiva do Presidente José Sarney, assinou, juntamente com Qian Qichen, o Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto, baseado na Troca de Notas sobre o assunto.

Este acordo de cooperação para pesquisa e produção dos satélites recebeu o nome de CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite – Satélite Sino-Brasileiros de

Recursos Terrestres), o qual, por sua vez, diante do fomento realizado, resultou no desenvolvimento de 5 satélites, sendo que mais um satélite está em execução para lançamento no ano de 2018. Foram o CBERS-1 (1999), CBERS-2 (2003), CBERS-2B (2007), CBERS-3 (2013) e CBERS-4 (2014) e para 2018, totalizando 6 satélites, será lançado o CBERS-4^a (2018). Entende-se aqui por satélites,

veículos colocados em órbita da Terra e que promovem continuamente a aquisição de dados relacionados às propriedades primárias dos objetos. Por estarem a grandes altitudes (tipicamente entre 600 e 1.000 km) têm a capacidade de abranger em seu campo de visada uma grande porção de superfície terrestre. Ao mesmo tempo, como têm que orbitar ao redor da Terra, promovem uma cobertura que se repete ao longo do tempo, permitindo o acompanhamento da evolução das propriedades de reflexão ou emissão dos objetos e fenômenos (EPIPHANIO, 2002, p.10).

A família de satélites CBERS tem como referência os benefícios de capacitação, acesso a tecnologia de ponta, formação e transformação dos setores industriais de ambos os Estados, trazendo avanços científicos e tecnológicos principalmente para o Brasil. Entre os principais resultados e avanços relacionados aos satélites está o monitoramento e controle, por meios de suas imagens,

do desmatamento e queimadas na Amazônia Legal, o monitoramento de recursos hídricos, áreas agrícolas, crescimento urbano, ocupação do solo, em educação e em inúmeras outras aplicações. Também é fundamental para grandes projetos nacionais estratégicos, como o PRODES¹¹, de avaliação do desflorestamento na Amazônia, o DETER¹², de avaliação do desflorestamento em tempo real, e o monitoramento das áreas canavieiras (CANASAT¹³), entre outros. (BRASIL-INPE, 2017)

Os CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) constituem o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais, que, com base na utilização de satélites e plataformas de coleta de dados (PCDs¹⁴) distribuídas pelo território nacional, fornecem dados ambientais diários coletados em diferentes regiões do território nacional.

¹¹ Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite

¹² Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real do DETER

¹³ Monitoramento da Cana-de-Açúcar por Imagens de Satélite

¹⁴ “As PCDs são pequenas estações automáticas, instaladas, geralmente, em locais remotos. Os dados adquiridos pelas PCDs são enviados aos satélites, que os retransmitem para as estações terrenas do INPE, em Cuiabá e Alcântara. A partir daí, os dados são enviados para o Centro de Missão, em Cachoeira Paulista, onde é realizado o seu tratamento e a sua distribuição imediata aos usuários do sistema. Os usuários cadastrados recebem os arquivos com os dados já processados, utilizando a Internet em no máximo 30 minutos após a recepção. Os dados coletados pelos satélites do Sistema são utilizados em diversas aplicações, tais como a previsão de tempo do CPTEC, estudos sobre correntes oceânicas, marés, química da atmosfera, planejamento agrícola, entre outras, através de mais de 600 plataformas instaladas no território nacional. Uma aplicação de grande relevância é o monitoramento das bacias hidrográficas pelas redes de plataformas da ANA e do SIVAM, que fornecem diariamente os dados

O Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) constitui um Acordo de Cooperação assinado em 1988, resultado de uma ação bilateral, horizontal, setorial ¹⁵ e de assistência técnica a ambas as partes, celebrado em âmbito público oficial, tratando-se de recursos governamentais da administração federal à luz do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China firmado em Beijing, em 8 de novembro de 1994 e posteriormente promulgado em 1998.

Por meio do Acordo-Quadro¹⁶, em seus Artigos II e III, as partes acordam suas bases, áreas, formas e âmbitos de atuação, delineando assim as características técnicas preliminares que permitem visualizar as faces de atuação, vejamos:

ARTIGO II A cooperação no âmbito do presente Acordo cobrirá as seguintes áreas: 1. Cooperação e intercâmbio em ciência espacial, tecnologia espacial e aplicações espaciais, inclusive os Satélites Sino-Brasileiros de Recursos da Terra e vários outros tipos de satélites, sensoriamento remoto e suas aplicações, comunicação espacial, materiais espaciais e microgravidade. 2. Serviços de veículos lançadores de satélites. 3. Outras áreas que sejam discutidas e acordadas por ambas as Partes, incluindo-se serviços de lançamento e outros itens que sejam do interesse de ambas as Partes. ARTIGO III 1. A cooperação no âmbito do artigo II do presente Acordo poderá assumir as seguintes formas: a) elaboração e execução conjuntas de um plano de cooperação espacial mutuamente benéfico; b) organização conjunta de reuniões científicas e técnicas; c) realização de programas de treinamento de pessoal; d) troca de informações e documentação; e) prestação de serviços de consultoria; f) estabelecimento de joint ventures; ou g) qualquer outra modalidade convencionada pelas Partes. 2. Os programas e projetos de cooperação no campo espacial a que se refere o presente Acordo serão objeto de protocolos complementares a serem negociados e assinados pelas agências governamentais designadas. Os mencionados protocolos complementares especificarão os objetivos de tais programas e projetos, os procedimentos de execução, bem como as obrigações, inclusive financeiras, de cada uma das Partes.

O Acordo-Quadro de 1994 é reflexo da intensificação da cooperação espacial estabelecida entre os dois países, que constitui um dos objetivos do Ajuste Complementar, de 29 de maio de 1984, ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 25 de março de 1982. Por sua vez, traduz os resultados preliminares do Programa dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos da Terra (CBERS), estabelecido

fluviométricos e pluviométricos do Brasil” (CBERS/INPE s/n). Disponível em: http://www.cbers.inpe.br/sobre_satelite/sistema_coleta.php

¹⁵ A cooperação setorial são as vertentes e/ou áreas de atuação da cooperação dirigida e implementar por setores específicos, sob a base de políticas e programas cunhado pelos próprios Estados a partir do estabelecimento do acordo específico de cooperação, nesse caso entre os dois Estados, Brasil e China.

¹⁶ Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2587.htm

por meio de Protocolos específicos assinados entre o Governo do Brasil e o Governo da República Popular da China desde 1988.

O Programa estabelecido para a produção e pesquisa dos satélites CBERS-1 e 2, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), previa um investimento de 350 milhões de dólares, enquanto que o programa relacionado aos satélites CBERS-3 e 4, previa aproximadamente 300 milhões de dólares, divididos de forma igual às partes. Vejamos:

O acordo de cooperação firmado em 1988 previa que 70% do custo do programa caberia à China e 30%, ao Brasil. Isto significou investimento nacional de US\$ 118 milhões nos Cbers-1 e 2, e outros US\$ 15 milhões no Cbers-2B, que teve custo menor por utilizar equipamentos e peças remanescentes do Cbers-2. No total, foram investidos cerca de US\$ 350 milhões pelos dois países. Em 2002, quando foi assinado o acordo para a continuação do programa e a construção dos Cbers-3 e 4, estabeleceu-se uma nova divisão de responsabilidades técnicas e financeiras entre o Brasil e a China – 50% para cada país. Nestes satélites o Brasil está investindo cerca de US\$ 150 milhões¹⁷ (CBERS-INPE, 2017a).

Ademais, outro elemento da cooperação setorial do Programa CBERS pode ser compreendido, ora pela descrição de uma Cooperação Técnica (CT), ora por uma Cooperação Científica e Tecnológica que

fundamenta-se na transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos realizada entre dois ou mais agentes, com o objetivo de implementar projetos e programas que envolvam o desenvolvimento de pesquisas conjuntas de interesse mútuo por meio de intercâmbio de especialistas, além da doação de equipamentos, entre outras modalidades. A CC&T pode ou não envolver diretamente entidades governamentais, mas frequentemente se processa em nível infra-estatal e descentralizado, incluindo diretamente instituições de pesquisa, centros e entidades de excelência investigativa (que abrangem universidades) do país parceiros (IGLESIAS PUENTE, 2010, p.62).

Todavia, a Cooperação Científica e Tecnológica, ainda de acordo com Iglesias Puente, não é tradicionalmente compreendida como modalidade específica da cooperação para o desenvolvimento, aqui estudada. Não obstante, as razões dessa exclusão prendem-se ao menos a dois fatores, quais sejam:

O primeiro refere-se a certa tendência à “horizontalidade” nessa forma de cooperação. Ou seja, pressupõe-se que, em boa parte dos casos, os países envolvidos na cooperação científica se situem em patamares senão similares, pelo menos minimamente compatíveis de desenvolvimento científico e tecnológico de modo a permitir um intercâmbio de fato em ciência e tecnologia. Ao contrário da cooperação para o desenvolvimento usual, não haveria, em tese, um prestador e outro receptor, mas sim parceiros com acesso recíproco a suas respectivas áreas de pesquisa e avanço científico e tecnológico. O segundo fator, que de certa forma se contrapõe ao primeiro, é

¹⁷ Ver mais em: http://www.cbears.inpe.br/noticia.php?Cod_Noticia=1828

o da subsunção da cooperação científica e tecnológica à cooperação técnica. Trata-se da pressuposição de que quando se estabelecem formas de cooperação em C&T entre países com níveis muito distintos de desenvolvimento científico e tecnológico esta envolve necessariamente “transferência de tecnologia” de um país mais avançado tecnologicamente para outro e não o acesso recíproco a conteúdos tecnológicos. Nesse caso, a cooperação científica e tecnológica fica subentendida como uma variante da cooperação técnica (IGLESIAS PUENTES, 2010, P.62-63)

As razões postuladas por Iglesias Puentes (2010) recaem nessa pesquisa face aos princípios estruturais da própria Cooperação Científica e Tecnológica ao invés da Cooperação Técnica, ao olharmos a tendência da horizontalidade presente nas responsabilidades impostas às partes, Brasil e China, no desenvolvimento em conjunto das atividades, seja na elaboração, no planejamento, na execução e no monitoramento dos CBERS.

Outro fator repousa na subsunção da Cooperação Científica e Tecnológica à Cooperação Técnica (CT) que, por sua vez, no caso da cooperação aqui estudada, concentra-se em uma relação de nível similar e compatível de atores para o desenvolvimento do programa e do projeto realizado no setor espacial, subscrevendo em nossa pesquisa os princípios e diretrizes da cooperação bilateral sul-sul (CSS).

Ainda de acordo com Iglesias Puente (2010, p.63), a cooperação científica e tecnológica comportaria viés duplo, sendo:

de um lado, entendida como um subtipo de cooperação técnica quando se estabelece entre países de níveis de desenvolvimento tecnológico distintos, na qual há necessariamente um componente de transferência de conhecimento (ainda que sob a forma de tecnologia), ou atividades de capacitação; de outro, vista como “cooperação”, na acepção mais estrita do termo, na qual há um necessário intercâmbio científico e tecnológico recíproco.

Aos preceitos da prática de cooperação, posta por Iglesias Puente (2010), os subtipos de viés duplo da “cooperação técnica” do Programa CBERS desenvolveram-se enraizados por um intercâmbio conjuntural das partes. Outrossim, quanto aos dois governos, a República Popular da China designou a Administração Nacional de Espaço da China para implementar o presente Acordo, enquanto que o governo da República Federativa do Brasil designou a Agência Espacial Brasileira, autarquia vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Já as atividades práticas de execução relacionadas às responsabilidades de montagem e execução das atividades referentes aos satélites CBERS, recaíram no INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), no Brasil; e na CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial) na China.

4.3.1 Especificidades Técnicas: Satélite CBERS-1 e CBERS-2

O programa de construção de dois satélites, o CBERS-1, CBERS-2, de sensoriamento remoto, denominado CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite, Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), foi orçado originalmente em 300 milhões de dólares, dos quais o Brasil correspondeu a 30% e a China 70% dos investimentos total.

O primeiro, CBERS-1, teve suas atividades de montagem, integração e testes (AIT) realizadas nas instalações da CAST (China Academy Space Technology), situada em Pequim. Após o AIT, o satélite foi desmontado e transportado para o Centro de Lançamento de Satélites de Taiyuan (TSLC) na República Popular da China, lançado na madrugada do dia 14/10/1999, à 1h15 (horário de Brasília) pelo foguete Longa Marcha 4B.

O Segundo, CBERS-2, teve suas atividades de integração, montagem e os testes (AIT) realizadas no LIT (Laboratório de Integração e Testes, do INPE), em São José dos Campos, no Brasil. As atividades de AIT duraram 14 meses, tendo se iniciado em 13 de agosto de 2000 com a chegada dos equipamentos chineses ao Brasil. Após a conclusão das atividades dos programas, o segundo satélite e seus equipamentos de suporte foram enviados para a China no final de 2001 para a realização de testes acústicos com vistas à preparação da campanha de lançamento. O que por sua vez, foi realizada no Centro de Lançamento de Satélites de Taiyuan (TSLC), na República Popular da China, às 11h16 (horário de Pequim), o que corresponde a 1h16 em Brasília, no dia 21 de outubro de 2003 por meio do pelo foguete Longa Marcha 4B.

O acordo de cooperação assinado em 1988 previa que as atividades AIT de três modelos do satélite CBERS (EQM, FM1 e FM2) fossem realizadas na República Popular da China. Todavia, este acordo foi renegociado e em 1993 foi assinado um termo complementar prevendo a realização das atividades AIT do CBERS nas instalações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) no Brasil. Diante do interesse brasileiro na realização das atividades de montagem, integração e testes, foram aplicadas melhorias nas instalações do Laboratório de Integração e Testes do INPE, por meio da:

redução do nível de umidade nas áreas limpas para atender os requisitos das cargas úteis ópticas chinesas, reforma da sala de integração, melhoria da ponte rolante da área de testes ambientais, implantação de novos meios de medidas de propriedades de massa de maior capacidade, implantação de

laboratório de soldagem de tubulações com qualificação espacial, implantação de meios de medidas magnéticas, implantação de um novo sistema de aquisição e tratamento de dados de vibração de grande capacidade, implantação de sistema de segurança e vigilância, projeto e construção de diversos equipamentos mecânicos de suporte e containers. (CBERS-INPE, 2017b).

Ainda no Brasil, as principais atividades AIT do satélite CBERS foram:

a) Preparação da Estrutura principal, incluindo montagem das referências primárias de alinhamento óptico na estrutura primária e no suporte das rodas de reação, pré-montagem da estrutura e verificação do alinhamento dos suportes de equipamentos da estrutura primária em relação às referências primárias; b) Montagem do sistema de propulsão composta pelas seguintes atividades: montagem dos tanques de combustível no suporte do tanque, soldagem das tubulações de titânio, montagem do suporte do tanque na estrutura primária, inspeções e testes de fugas local e global, montagem das proteções térmicas; c) Aceitação dos equipamentos para a integração no satélite composta pelas seguintes atividades: inspeção de recebimento, testes funcionais, controle de nível de contaminação orgânica; d) Outras atividades, como: montagem mecânica dos equipamentos, montagem das cablagens, montagem das proteções térmicas, integração elétrica, testes funcionais, montagem mecânica dos módulos, testes de interferência e compatibilidade eletromagnética, medidas de propriedades de massa, testes de vibração, testes de abertura do Gerador Solar, testes térmicos no vácuo, e medidas magnéticas (Idem).

Outrossim, é importante salientar que as descrições de ambos os satélites estão sendo realizadas em conjunto, uma vez que os mesmos possuem tecnicamente as mesmas características. O que os diferencia são os locais onde foram realizadas as atividades AIT e suas datas de lançamento. Ainda, os satélites possuem as mesmas responsabilidades para o desempenho de atividades de monitoramento espacial; sendo assim, a promoção dos satélites séries CBERS-2 e CBERS-2b, um reflexo do sucesso e da continuidade das atividades que foram desempenhadas inicialmente.

Os satélites CBERS-1 e 2 são compostos por dois módulos, sendo o módulo Carga Útil responsável por acomodar os transmissores de dados de imagem, o gravador e o Repetidor para o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais, e as três câmeras de sistemas ópticos usadas para observação da Terra, que são: (1) WFI – Câmera Imageadora de Amplo Campo de Visada (2) CCD – Câmera Imageadora de Alta Resolução e (3) IRMSS – Imageador por Varredura de Média Resolução.

Estes sistemas ópticos usados pelos CBERS constituem características únicas quanto à diversidade de seus instrumentos de sensores. Todavia, no caso do CBERS-2B, a câmera IRMSS é substituída pela Câmera Pancromática de Alta Resolução - HRC.

De acordo com Santana & Coelho (1999, p.206), o (1) WFI “faz imagens de uma faixa de 890 km de largura, fornecendo uma visão sinóptica com resolução de 260

m. Em cerca de cinco dias obtém-se uma cobertura completa do globo em duas faixas espectrais, o verde e o infravermelho próximo”. Enquanto que a (2) CCD,

fornece imagens de uma faixa de 113 km de largura, com uma resolução de 20 m. Esta câmara tem capacidade de orientar seu campo de visada dentro de 64 graus, possibilitando a obtenção de imagens estereoscópicas de uma certa região. Além disso, qualquer fenômeno detectado pelo WFI pode ser focalizado pela câmara CCD através do apontamento apropriado de seu campo de visada, dentro de no máximo 3 dias. As imagens obtidas através desta câmara são utilizadas em agricultura e planejamento urbano, além de aplicações em geologia e hidrologia. São necessários 26 dias para uma cobertura completa da Terra com a câmara CCD. (SANTANA & COELHO, 1999, p.206).

Já o terceiro elemento óptico, a câmara IRMSS de varredura

estende o espectro de observação do CBERS até o infravermelho termal. O IRMSS produz imagens de uma faixa de 120 km de largura com uma resolução de 80 m (160 m no canal termal). Em 26 dias obtém-se uma cobertura completa da Terra que pode ser correlacionada com aquela obtida através da câmara CCD (Idem).

No que se refere às divisões de responsabilidades de cada Estado referente ao módulo de Carga Útil, coube ao Brasil a Câmera WFI e o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais, enquanto que a China forneceu a Câmera CCD, a Câmera IRMSS (CBERS-1 e 2) e HRC (CBERS-2B), o Transmissor de Dados Imagem e o Monitor de Ambiente Espacial (BRASIL-INPE, s/n).

Ademais, o segundo módulo, o de “Serviço”, é responsável por assegurar o suprimento de equipamentos de energia, os controles, as telecomunicações e demais funções necessárias à operação do sistema do satélite e a sua coleta de dados, que são destinados “à retransmissão, em tempo real, de dados ambientais coletados na Terra e transmitidos ao satélite por meio de pequenas estações autônomas” (SANTANA & COELHO, 1999, p.206). Outrossim, “os subsistemas que o compõem são: Estrutura, Controle Térmico, Controle de Órbita e Atitude, Suprimento de Energia, Supervisão de Bordo e Telecomunicações de Serviço” (CBERS-INPE, 2017c).

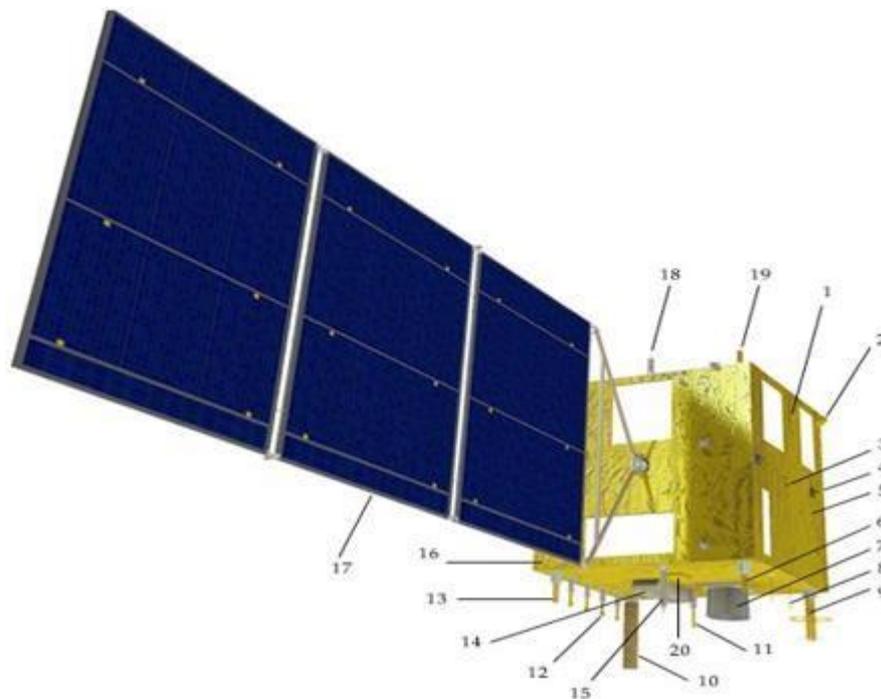
Diante suas características o sistema sistema de coleta de dados do CBERS,

incorpora um sistema de coleta de dados destinado à retransmissão, em tempo real, de dados ambientais coletados na Terra e transmitidos ao satélite por meio de pequenas estações autônomas. Os dados provenientes de milhares destas estações localizadas em qualquer ponto da Terra são dirigidos, ao mesmo tempo, a centrais de processamento e aos usuários finais. Trata-se de um eficiente sistema de coleta de dados em países com infra-estrutura de telecomunicações convencionais deficiente (SANTANA; COELHO, 1999, p.206).

Para o funcionamento integral de todos os equipamentos de bordo dos satélites CBERS-1 e CBERS-2, faz-se necessária uma potência elétrica de 110 W que “são

obtidos através de painéis solares, que se abrem quando o satélite é colocado em órbita e se mantêm continuamente orientados na direção do Sol por controle automático” (CBERS-INPE, 2017d). Abaixo é possível visualizar por meio de uma figura, sua estrutura física e em seguida, por meio de uma tabela, as características comuns aos satélites CBERS-1, CBERS-2 e também ao CBERS-2B, que receberam suas considerações posteriormente.

Figura: Modelo do CBERS 1 e 2



Legenda				
1 - Módulo de Serviço	5 - Divisória Central	9 - Antena de Transmissão em VHF	13 - Antena de Transmissão em UHF	17 - Painel Solar
2 - Sensor de Presença do Sol	6 - Antena UHF de Recepção	10 - Antena UHF Tx/Rx	14 - Câmera CCD	18 - Antena em Banda-S (TT&C)
3 - Conjunto dos Propulsores de 20N	7 - Câmera IRMSS	11 - Antena em Banda - S (DCS)	15 - Antena em Banda-S (TT&C)	19 - Antena de Recepção em UHF
4 - Conjunto dos Propulsores de 1N	8 - Antena de Transmissão do IR	12 - Antena de Transmissão do CCD	16 - Módulo de Carga Útil	20 - Câmera Imageadora WFI

Fonte: CBERS/INPE. Disponível em:
http://www.cbbers.inpe.br/sobre_satelite/descricao_cbbers1e2e2b.php

Tabela: Características comuns aos satélites CBERS-1, CBERS-2 e CBERS-2B

Características	
Massa total	1450kg
Potência gerada	1100 W
Baterias	2 x 30 Ah NiCd
Dimensões do corpo	(1,8 x 2,0 x 2,2) m
Dimensões do painel	6,3 x 2,6 m
Altitude da órbita hélio-síncrona	778 km
Propulsão a hidrazina	16 x 1 N; 2 x 20 N
Estabilização	3 eixos
Supervisão de bordo	Distribuída
Comunicação de Serviço (TT&C)	UHF e banda S
Tempo de vida (confiabilidade de 0,6)	2 anos

Fonte: Características comuns aos satélites CBERS-1, CBERS-2 e CBERS-2B. Disponível em: http://www.cbbers.inpe.br/sobre_satélite/descricao_cbbers1e2e2b.php

Considerando que os satélites CBERS-1 e CBERS-2 são tecnicamente idênticos, abaixo é possível compreender brevemente, por meio de uma descrição técnica, o processo de lançamento, conforme ocorrido com o CBERS-1, vejamos:

Vinte segundos após a decolagem, o foguete faz uma manobra de "pitch-off" para tomar a direção sudoeste apropriada para atingir a órbita especificada. O primeiro estágio do foguete é desligado (cut-off) 2,5 minutos após o início do voo, tempo durante o qual terá consumido 182 toneladas de combustível. A ignição do segundo estágio ocorre um segundo após o término da queima do primeiro estágio, juntamente com a separação do primeiro estágio, que cairá em uma região delimitada no território chinês. Vinte segundos após a ignição do segundo estágio, a coifa que protege o satélite CBERS-1 é ejetada para diminuir o peso total transportado. Esta ejeção ocorre a uma altura de cerca de 110 km, onde a atmosfera é rarefeita o suficiente para não causar qualquer tipo de turbulência que possa danificar os satélites. O término da queima do motor principal do segundo estágio ocorre 4,6 minutos após a decolagem. O motor menor, do segundo estágio (motor vernier), continua operando ainda por mais 10 segundos para efetuar pequenas correções na trajetória do foguete de forma a atingir o ponto de injeção especificado. A ignição do terceiro estágio ocorre 4,8 minutos após a decolagem, juntamente com a separação do segundo estágio, que cairá em uma região do território chinês próxima à fronteira com o Laos. O terceiro estágio queima durante 6,6 minutos. Mesmo depois de completada sua queima, o terceiro estágio ainda continua impulsionando o satélite por mais 55 segundos para atingir o ponto correto de injeção do CBERS-1 em sua órbita. Quando o terceiro estágio atinge o ponto ideal da órbita, um comando do computador faz com que uma pequena carga explosiva confinada rompa o pino que trava o dispositivo que prende o CBERS-1 ao foguete. O CBERS-1 é então impulsionado por pequenas molas afastando-o do terceiro estágio, entrando assim em órbita. O terceiro estágio também continua em órbita, porém como é maior e mais pesado que o satélite, perde altura e se desintegra ao passar pela atmosfera. Basicamente, esta mesma descrição aplica-se a todos os satélites da série CBERS. (...) Logo após a separação do CBERS-1 do último estágio do foguete, a estação de recepção de Nanning já estava recebendo os sinais do satélite, certificando-se do sucesso da operação de abertura do painel solar. A passagem sobre o Brasil aconteceu na sétima órbita, por volta das 11h30 do dia 14/10/1999, 10 horas após o lançamento. No lançamento trabalharam 393 técnicos, sendo 21 técnicos do INPE, 222 da CAST (Academia Chinesa de

Tecnologia Espacial), 90 da CGWIC (China Great Wall Industry Corporation) e 60 do Centro de Lançamento de Taiyuan. Os foguetes da série Longa Marcha realizaram a grande maioria dos lançamentos com sucesso, sendo que o primeiro lançamento do foguete Longa Marcha 4 ocorreu em setembro de 1988 (CBERS-INPE, 2017e).

No que se refere às responsabilidades de cada Estado referentes ao módulo de Serviço, coube ao Brasil fornecer a Estrutura e as Telecomunicações de Serviços, esta última em parceria com a China.

Ainda, de acordo com CBERS/INPE, o Estado brasileiro além de fornecer os subsistemas sob sua responsabilidade, forneceu também equipamentos para alguns subsistemas sob responsabilidade do Estado chinês, como “a Central Terminal Unit (CTU) e Remote Terminal Units (RTU) para o subsistema de supervisão de bordo; SSPA para o subsistema Transmissor de Dados Imagem; Attitude and Orbit Control Computer (AOCC) para o subsistema Controle de Órbita e Atitude” (CBERS/INPE s/n).

Outrossim, considerando ser o primeiro satélite de sensoriamento remoto, a China empregou uma campanha no desenvolvimento de atividades festivas para a celebração e marco para a história de ambos os países. A tabela abaixo mostra as fases da campanha de lançamento:

Até 26 de setembro/1999	Testes finais no satélite
27, 28 e 29 de setembro	Enchimento dos tanques de combustível do CBERS-1
30 de setembro	Montagem do CBERS-1 à coifa
1º e 2 de outubro	Feriado nacional da China (50 anos da República Popular da China)
3 de outubro	Integração da coifa com o CBERS ao foguete
De 4 a 11 de outubro	Testes finais de integração do satélite ao foguete
12, 13 e 14 de outubro	Enchimento dos tanques de combustível do foguete Longa Marcha 4.
14 de outubro/1999	Lançamento do satélite

Fonte: Dados referente a campanha de lançamento do CBERS-1. Disponível em: http://www.cbbers.inpe.br/sobre_satelite/lancamento_cbbers1.php

4.3.2 Especificidades Técnicas: Satélite CBERS-2B

O satélite CBERS-2B, pertencente à primeira geração dos CBERS, foi construído para dar continuidades às atividades desempenhadas de imageamento, face ao não inter rompimento de projetos anteriores do Programa CBERS inicial. Possuindo

as mesmas características dos CBERS-1 e 2, foram introduzidas algumas melhorias significativas no CBERS-2B para um melhor desempenho de suas atividades, sendo que

“a principal delas é quanto à carga útil, com a substituição do imageador IRMSS por uma Câmera Pancromática de Alta Resolução (HRC). Outras melhorias são um novo sistema de gravação a bordo e um sistema avançado de posicionamento, que inclui GPS (Global Positioning System) e sensor de estrelas” (CBERS-INPE, 2017b).

As atividades de montagem, os testes e a integração (AIT) do satélite CBERS-2B foram realizadas no LIT (Laboratório de Integração e Testes, do INPE), em São José dos Campos, no Brasil. Após o AIT no LIT, o mesmo foi desmontado e enviado para a China para dar continuidade aos testes de integração, onde ocorreu o lançamento no dia 19 de setembro de 2007, a partir da base de lançamento no Centro de Lançamento de Satélites de Taiyuan (TSLC) na República Popular da China, com o mesmo foguete chinês - Longa Marcha 4 , exemplar da família que fez o lançamento anterior dos CBERS-1 e 2.

4.3.3 Especificidades Técnicas: Satélite CBERS-3 e CBERS-4

Diante dos resultados alcançados no projeto CBERS-1 e 2, ambos Estados decidiram dar continuidade ao Programa CBERS, firmando em 2002 um Acordo Complementar para o desenvolvimento e lançamento de mais dois satélites, os CBERS – 3 e 4. Este projeto, diferente dos anteriores, a participação financeira bilateral foi de 50% para a cada Estado, levando o Brasil a uma condição de igualdade plena para com o Estado chinês.

Os CBERS – 3 e 4 representa um avanço técnico em relação aos projetos anteriores, por sua vez, estão equipados com 4 sensores ópticos, operando na faixa espectral do visível e do infravermelho, por meio de resoluções espaciais que variam de 5 a 70 metros; ainda de acordo com o INPE

são utilizadas no módulo carga útil quatro câmeras (Câmera Pancromática e Multiespectral - PAN, Câmera Multiespectral Regular - MUX, Imageador Multiespectral e Termal - IRS, e Câmera de Campo Largo - WFI) com desempenhos geométricos e radiométricos melhorados (CBERS-INPE, 2017f)

O CBERS 3¹⁸ foi lançado, em 9 de dezembro de 2012 conforme previsto em seu plano, todavia, diante uma falha ocorrida com seu veículo lançados Longa Marcha 4B, o satélite não foi colocado na órbita prevista, resultando em sua reentrada na

¹⁸ Ver mais em: http://www.cbbers.inpe.br/sobre_satelite/descricao_cbbers3e4.php

atmosfera da Terra. Por sua vez, após a falha do lançamento, Brasil e China decidiram antecipar o lançamento do CBERS-4, originalmente previsto para dezembro de 2015, postergando para dezembro de 2014. Este foi lançado com sucesso, da base de Taiyuan, localizada a 700 km de Pequim.

Os procedimentos de montagem, integração e testes (AIT) do satélite CBERS-3 foram realizados nas instalações da CAST (China Academy Space Technology), situada em Pequim. Após o AIT, o satélite foi desmontado e transportado para o Centro de Lançamento de Satélites de Taiyuan (TSLC); onde, nas instalações do TSLC, o satélite foi novamente montado em sua configuração de voo e integrado ao veículo lançador, onde ocorreu o seu lançamento em 9 de dezembro de 2013, às 11h e 26m, a partir do Centro de Lançamento de Tayuan, na China. Devido a uma falha de funcionamento do veículo lançador Longa Marcha 4B, o CBERS-3 não foi posicionado na órbita prevista, resultando em sua reentrada na atmosfera da Terra.

Outrossim, todas as atividades de montagem, integração e testes (AIT) do satélite CBERS-4 também foram realizadas nas instalações da CAST (China Academy Space Technology), situada em Pequim. Seu lançamento foi realizado com sucesso, por meio do veículo lançador Longa-Marcha 4B (LM-4B), a partir do Centro de Lançamento de Satélites de Tayuan (TSLC), localizado na província de Shanxi, a 760 km a sudoeste de Pequim.

Ademais, em continuidade ao Programa CBERS, visando ampliar as capacidades de ambos países diante dos resultados alcançados, a fim de evitar ou minimizar a interrupção no fornecimento de imagens a ampliar e monitorar seus recursos naturais e o meio ambiente, Brasil e China assinaram, em 19 de maio de 2015, protocolo de desenvolvimento e lançamento de um novo satélite, o CBERS 04A. Por sua vez, o mesmo foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 142, de 25 de agosto de 2016 e promulgado pelo Decreto Presidencial nº 8.908, de 22 de novembro de 2016. Seu lançamento está previsto para o ano de 2019 a partir do Centro de Lançamento de Satélites de Tayuan (TSLC), localizado na província de Shanxi, através do veículo lançador Longa-Marcha 4B (LM-4B).

5. A COOPERAÇÃO ESPACIAL SINO-BRASILEIRA PARA OS BRICS

Afinal, para pensarmos a prática da cooperação espacial sino-brasileira para os BRICS, implicar indagar o por quê e para quem cooperamos? As razões que levam os indivíduos e os Estados a cooperarem uns com os outros podem ser compreendidas de

distintas formas e natureza. No entanto, para compreender a importância da cooperação e ação de troca de recepção de um determinado objetivo para com o outro ator receptor, implica repensar as características das partes envolvidas, seus objetivos e suas capacidades e comprometimentos para com a cooperação.

Nosso estudo até aqui trouxe, como parte de um grande esforço iniciado em torno de interesses maiores de pesquisas referentes aos Estados que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África Do Sul), elementos norteadores a repensar as relações estatais e seus interesses no setor espacial para com as relações e efeitos sociais, culturais, políticas, territoriais, financeira, tecnológico e científica etc... Ao mesmo tempo, introduzimos um debate *per se* pelo interesses em acender pesquisas do setor espacial referente a conjuntura de Estados e ao bloco BRICS diante uma ordem hegemônica científica, econômica e tecnológica estabelecida por Estados como EUA e Rússia desde as últimas grandes Guerras, armamentista (II Guerra Mundial) e econômica (Guerra Fria).

É fato que as relações de Estados, entendidos enquanto atores clássicos perante as correntes realistas, e a posteriori. à serem repensados perante os construtivistas à luz de novos atores protagonistas nas relações internacionais, nos elucida uma prática de relação diplomática conflituosa e duvidosa quando pensado com base na maximização e minimização das razões que levam os sujeitos e/ou atores a cooperarem uns com os outros. Para Cepik (2011, p.81), as razões que levam os Estados a cooperar com o outros Estados compreende-se pela “(i) maximização dos ganhos absolutos de desenvolvimento, (ii) a minimização dos riscos relativos de segurança e (iii) objetivo comum e solidário rumo à expansão da fronteira do conhecimento humano”.

No entanto, pensar a maximização, a minimização e a expansão do conhecimento humano para com os objetivos de uma prática de cooperação face aos ganhos e perdas perante os desafios interpostos para com o outro, coloca-nos a questionar para quem e por que cooperamos face aos ganhos e perdas dos atores envolvidos diretamente e suas inter-relações bilaterais ou multilaterais para com os outros parceiros.

É fato que, os ganhos e as perdas poderão oscilar e/ou variar conforme os objetivos e as metas ou os resultados esperados de cada ator no desenvolvimento da prática da cooperação. Pois na cooperação, a troca de um objetivo implica no desenvolvimento da expansão e/ou abertura do conhecimento e discernimento de novas ações, interesses e percepções do outro para com as suas limitações e/ou expansão em

disseminar os ganhos e/ou ocultar as perdas, se pensado para que ou como foram repassados os interesses em jogo.

No entanto, a partir das razões sobre a cooperação interpostas por Cepik (2011), o mesmo nos elucida que para entender a importância do debate espacial em suas limitações e/ou expansões, viés de estudo de caso sobre a prática da cooperação espacial sino-brasileira e suas intersecções para com os BRICS nessa dissertação, é preciso uma caracterização de um elemento chave que rege as relações e mantém a estrutura das relações entre os Estados, a ordem internacional, bem como o próprio espaço sideral. Segundo Cepik (2013, p.309), são três características estruturais que definem a concepção de ordem internacional, sendo:

1) A distribuição de capacidades militares entre os principais atores no sistema (polaridade). 2) A configuração institucional que regula as relações entre os atores (Estados, Organizações Internacionais, empresas, grupos sociais e indivíduos). 3) Os constrangimentos socioeconômicos de caráter estrutural. Enquanto um tipo de constrangimento, ou parâmetro, a ordem internacional é dinâmica, e essa dinâmica é dada pelos esforços que cada ator faz para melhorar sua situação ao longo do tempo (ganhos absolutos), bem como para melhorar a sua situação em relação aos demais atores (ganhos relativos). A ordem internacional contemporânea pode ser definida, do ponto de vista das três características estruturais, da seguinte forma: 1) Por uma distribuição tripolar de capacidades militares entre as grandes potências (Estados Unidos, China e Rússia). 2) Por uma densa rede de organizações internacionais de tipo funcional, regional e universal (e.g. Sistema ONU), as quais não alteram o caráter predominantemente anárquico do Sistema Internacional. 3) Por uma tripla transição estrutural, alterando a configuração demográfica, a matriz energética e os padrões globais de produção tecnológica.

Inserida na distribuição tripolar, Estados como a China e a Rússia, presentes na narrativa exposta sobre os BRICS, evidenciam dicotomias de análises estruturais determinantes para com suas características ou peculiaridades de cada Estado em suas relações multilaterais intra-grupo.

Pois é fato que, inseridas em uma ordem contemporânea, as relações diplomáticas desde o pós-Segunda Guerra Mundial (1946), estruturou-se no Sistema Internacional marcado por disputas de poder político em busca de uma hegemonia de um Estado para com o outro, principalmente se caracterizada desde o final da Guerra Fria (1991) por um sistema tripolar a favor dos Estados Unidos da América (EUA), “em comparação com as outras duas grandes potências, uma decadente (Rússia) e a outra ascendente (China) (CEPIK, 2011, p.82)”. Esta última, a posteriori demarcou um liberalização comercial e financeira pela busca de supremacia de uma nova ordem

econômica diante das dinâmicas políticas, estruturais e conjunturais, de Estados e Organizações Internacionais.

As ascensões de Estados, até então colocados à margem das grandes relações comerciais e financeiras na política internacional, à luz de outros Estados hegemônicos como EUA, Rússia, Alemanha, França, entre outros, ocorreram em processos de reestruturações de agendas de políticas públicas neoliberais em um movimento emergente de Estados latino-americanos, africanos e asiáticos, em que os mesmos transformaram-se em arenas de atuação e de desenvolvimento internacional para com as políticas das grandes potências.

Resultado disso são as insurgências principalmente a partir do fim da Guerra Fria de novos agrupamentos ou Estados, como os Movimentos Não-Alinhados em contraposição às posturas políticas de Estados hegemônicos. Os BRICS, conforme já apresentado no capítulo anterior, em que os Estados, face ao crescimento dos seus grandes mercados no Sistema Internacional, desenvolveram alianças estratégicas a fim de alavancarem suas bases setoriais, diante de suas diversas áreas de interesse para com o desenvolvimento multilateral de um bloco assimétrico em populações, territórios, economia e agendas, à confrontarem áreas setoriais de Estados hegemônicos no mundo.

Os Estados-membros que estruturam o agrupamento BRICS, no que se refere às capacidades materiais dos membros e nos impactos provocados pelos processos de industrialização, nas capacidades de representação e no peso dos respectivos PIBs, como também a atuação de cada membro na economia mundial, os seus recursos naturais, suas capacidades no setor da ciência, tecnologia e inovação, dentre outros aspectos relacionados à participação dos Estados nos BRICS, apresentam fortes elementos estruturais para o fortalecimento e a convergência conjuntural de Políticas Externas de Cooperação para o Desenvolvimento intra-grupo, especialmente no que diz respeito ao setor espacial.

Este último, o setor espacial, ainda em processo de estruturação na agenda política do agrupamento, trouxe à luz novos elementos a repensarem as bases de aplicação da cooperação face à inovação, à ciência e à tecnologia para com o desenvolvimento político intra-grupo. É fato que são amplas as esferas e setores de interesses intra-grupo aliados às especificidades de cada Estado para com o desejo de desenvolver a cooperação setorial no agrupamento.

De interesses difusos à reescrita de novas bases de conhecimento para o desenvolvimento do setor espacial nos BRICS, é fato que os Estado ainda em fase

embrionária na gestão das diretrizes de cooperação, relevam elementos determinantes e assertivos para a formação de uma grande força *Hard* e *Soft Power*. Uma vez que, a posição russa, chinesa e indiana na área espacial, em suas configurações demográfica, suas matrizes energéticas e suas posições globais representa uma grande parcela de poder civil-militar e de segurança cyber energética no Sistema Internacional.

Essas grandes potências apresentam grandes diferenças entre si em termos de capacidades *Hard* e *Soft Power*, principalmente se pensadas as contraposições hegemônicas dos Estados Unidos face à China e à Rússia, para com as capacidades do Brasil e a África do Sul na produção de conhecimento e inovação científica, tecnológica e industrial no setor espacial.

A considerar a formação e posição dos Estados do BRICS perante a caracterização da ordem tripolar internacional (EUA, China e Rússia), evidencia-se uma variável determinante no fortalecimento intra-grupo, a posição geopolítica da China e da Rússia para com os demais Estados. Uma adequação da união de forças do setor espacial chinesa, russa e indiana para com o Brasil e da África do Sul frente uma contraposição geopolítica a ordem hegemônica norte-americana até então estabelecida.

As especificidades de cada de Estado-membro nos BRICS têm destacado várias outras atividades e interesses de promoção de suas Políticas Externas no desenvolvimento da cooperação intra-grupo, uma vez que, desde 2009 após cinco anos da realização da primeira Cúpula “as atividades intra-BRICS já abrangem cerca de 30 áreas, como agricultura, ciência e tecnologia, cultura, espaço exterior, *think tanks*, governança e segurança da Internet, previdência social, propriedade intelectual, saúde, turismo, entre outras¹⁹”. (BRASIL-MRE, 2017).

Dentre as inúmeras áreas setoriais de exploração intra-grupo, o setor de uso e exploração espacial passou a ganhar destaque e relevância para os BRICS, principalmente a partir de sua VII Cúpula realizada na Rússia, em Julho de 2015. Por meio de sua Declaração de Ufá – Rússia, 2015, os líderes declararam formalmente seus interesses e preocupações para com o uso e a exploração do espaço exterior em seu Artigo XXXII, em que reafirmaram que:

a exploração e o uso do espaço exterior devem ter finalidades pacíficas, enfatizamos que as negociações para a conclusão de um acordo ou acordos internacionais para evitar uma corrida armamentista no espaço exterior são

¹⁹ Ver mais em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/>

uma tarefa prioritária da Conferência do Desarmamento e apoiamos os esforços para iniciar um trabalho substantivo, entre outros, baseado no projeto atualizado de tratado para a prevenção da colocação de armas no espaço exterior e da ameaça ou do uso da força contra objetos no espaço exterior, apresentado pela China e pela Federação da Rússia. (BRICS - Declaração da VII Cúpula, Artigo XXXII).

Outrossim, identificaram, face a suas potencialidades internas, que os mesmos

podem se beneficiar de oportunidades para cooperação espacial de modo a promover a aplicação de tecnologias relevantes para propósitos pacíficos. Intensificaremos nossa cooperação em áreas de aplicação conjunta de tecnologias espaciais, navegação por satélite, incluindo GLONASS e Beidou, e ciências espaciais. (BRICS - Declaração da VII Cúpula, Artigo XXXII).

Da mesma maneira, reiteram o princípio da livre exploração e uso do espaço exterior em conformidade ao Direito Internacional. Vejamos:

Reiteramos que o espaço exterior deve ser livre para exploração pacífica e para o uso de todos os Estados com base na igualdade em conformidade com o direito internacional e que a exploração e uso do espaço exterior devem ser realizados para o benefício e nos interesses de todos os países, independentemente de seu grau de desenvolvimento científico ou econômico. Enfatizamos que todos os Estados devem contribuir para promover a cooperação internacional sobre a exploração pacífica e o uso do espaço exterior levando em particular consideração as necessidades de países em desenvolvimento. Opomo-nos a medidas unilaterais que podem impedir a cooperação internacional bem como atividades espaciais nacionais de países em desenvolvimento. Estamos firmemente convencidos de que a comunidade internacional deve empreender esforços consistentes para elevar os patamares básicos de segurança de atividades e operações espaciais e evitar conflitos. Dessa forma, nossos países podem cooperar na elaboração de abordagens comuns para essa área. Deve ser atribuída prioridade a questões relacionadas à segurança de operações espaciais, no contexto mais amplo de garantir sustentabilidade em longo prazo de atividades no espaço exterior, bem como a meios e formas de conservar o espaço exterior para fins pacíficos, que estão na agenda do Comitê da ONU para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (UNCOPUOS). (BRIVD - Declaração da VII Cúpula, Artigo XXXII).

No ano seguinte, iniciaram-se de fato as primeiras articulações e discussões sobre o tema de uso, a produção de satélites, setores e exploração do espaço exterior, por meio de três encontros de grupo de trabalho composto pelas agências espaciais dos respectivos membros dos BRICS. O que por sua vez, a partir das discussões e encontros realizados para estudos e pesquisas de satélites e uso do espaço exterior, conforme veremos mais adiante, celebrará em junho 2018 o Acordo-Quadro de cooperação intra-grupo, vejamos:

As discussões iniciais sobre o tema ocorreram em três encontros de grupo de trabalho composto por representantes de cada uma das cinco agências espaciais: em fevereiro de 2016, fevereiro de 2017 e junho de 2017, sempre à margem de reuniões do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS). Tais reuniões serviram para reafirmar o

interesse dos cinco países em estabelecer a referida constelação de satélites e iniciar a elaboração de Acordo sobre o tema, que estabelecerá as diretrizes dessa cooperação. Pretende-se que o referido instrumento seja celebrado em junho de 2018, por ocasião da UNISPACE+50, evento que marcará os 50 anos da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Exploração e Usos Pacíficos do Espaço Exterior²⁰ (BRASIL-AEB, 2017).

Não obstante, diante dos primeiros fundamentos expressos pelos líderes na VII Cúpula referente ao uso e exploração do espaço exterior e dos interesses estatais e suas agências espaciais, os BRICS, em sua promissora conjuntura de forças interestatais frente às novas dinâmicas globais, pautam experiências desenvolvidas no setor espacial em nível de excelência, para a produção de satélites e uso do espaço exterior nos mais diversos setores de interesses, como para a agricultura, o ambiente, o militar, o econômico, a ciência e entre outros.

Ora em níveis individuais como o Estado russo²¹, indiano²² e chinês²³ têm apresentado, ora por meio de acordos bilaterais como no caso do Brasil e da China, por meio do Programa CEBERS, que mantém a rigor excelentes resultados a serem compartilhados, principalmente para com a Índia e a África. Em relação a este último já foram dados os primeiros passos, por meio do “CBERS For África”, lançado em 2007, no âmbito da IV Reunião Plenária do GEO (Group on Earth Observations).

Esta iniciativa permite a distribuição de imagens de satélites

sem custo, a países do continente africano. A contribuição sino-brasileira em prol da disseminação de dados e do desenvolvimento de capacidades nessa área é reconhecida internacionalmente como modelo de cooperação e fortalece a posição brasileira de que os benefícios das tecnologias espaciais devem ser estendidos a todos os países, com especial atenção às necessidades dos países em desenvolvimento²⁴ (BRASIL, 2016).

Outrossim, nas últimas décadas, o Brasil e a China, diante das novas performances políticas em seus acordos de cooperação, imprimiram face às reorientações de interesses e atividades nacionais na promoção da Cooperação para o Desenvolvimento, uma reformatação determinante para o alicerçamento sobre como promover os avanços do setor espacial para com os desafios domésticos. Ambos Estados, por meio do Programa CEBERS, passaram a atuar frente a novas capacidades e

²⁰ Documento expedido exclusivamente para esta pesquisa, por meio do formulário SIC Nº 34/2017/ACI em 18 de dezembro, pela Agência Espacial Brasileira, por meio de sua Assessoria de Cooperação Internacional

²¹ Ver mais em: Agência Espacial Federal Russa - <http://en.roskosmos.ru>

²² Ver mais em: 25 Years of Indian Remote Sensing Satellite (IRS) Series. Disponível em: <http://www.unoosa.org/pdf/pres/stsc2013/tech-44E.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2017.

²³ Ver mais em: Administração Espacial Nacional da China - www.cnsa.gov.cn

²⁴ Ver mais em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1480108.pdf>

dinâmicas globais, no desenvolvimento de políticas para com os processos de desmatamento e/ou controle e monitoramento dos recursos ambientais.

Através do Programa CBERS e do CBERS For África é notório que os BRICS possuem capacidades multilaterais *in curso* a ampliarem a Pesquisa e o Desenvolvimento (P&D) na área da Ciência, Tecnologia e Inovação para o setor espacial em todo o grupo, compartilhando as experiências individuais consolidadas, como no caso russo, indiano e chinês, face a um poder material determinante para com a promoção de políticas intra-grupo no setor espacial.

É fato que os BRICS representam uma reconfiguração de interesses nacionais para com a promoção e o fortalecimento institucionalista de um bloco na readequação de interesses estatais diante das dinâmicas funcionais no Sistema Mundo, principalmente se pensado a partir da agenda de cooperação espacial. Uma vez que, são poucos os Estados e/ou uniões estatais que possuem as capacidades em grande escala de lançamento de satélites, sendo estes provenientes agrupamento dos BRICS, como a Rússia, a China e a Índia, e ademais como o Japão, Israel e a Agência Espacial Européia e os EUA.

Por sua vez, pensar as capacidades e interesses de atuação espacial de cada Estado dos BRICS, implica olhar as identidades e os objetivos de cada Estado à constituírem os elementos conjunturais importantes para a funcionalidade operacional do setor espacial doméstico para com ao agrupamento, pois

“a *raison d’être* do grupo (seus objetivos) e outra, que lhe dá substrato e coesão (sua identidade) uma que é a *raison d’être* do grupo (seus objetivos) e outra, que lhe dá substrato e coesão (sua identidade). O entendimento de uma e de outra impõe-se como questão preliminar, para que se compreendam os limites de ação do grupo e o tipo de agenda a que cada um de seus membros pode almejar”. (SÁ PIMENTEL, 2012, pag. 49).

Compreende-se que há uma necessidade de unir maiores esforços para o fortalecimento das capacidades materiais do agrupamento, principalmente se olhado a partir da balança de poderes estatais militar-econômico do bloco a enfrentar as novas ameaças e desafios globais, à luz de uma governança econômica global face a uma democracia liberal em suas relações multilaterais no agrupamento.

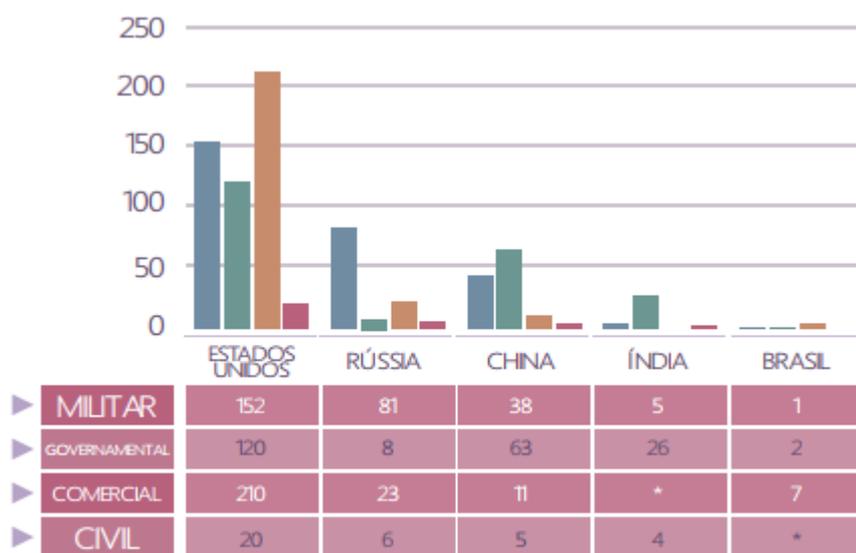
Diante das novas ameaças é imprescindível uma remodelagem sistêmica setorial dos BRICS que identifique os desafios específicos de cada Estado para o setor de promoção das Ciências, Tecnologias & Inovações (C, T & I) no campo da Pesquisa e do Desenvolvimento doméstico, principalmente no que se refere ao setor espacial. Dessa forma,

com base em normas universalmente reconhecidas pelo direito internacional e com espírito de respeito mútuo e decisão coletiva, a governança econômica global deve ser reforçada, a democracia nas relações internacionais deve ser estimulada, e a voz dos países emergentes e em desenvolvimento deve ganhar maior ressonância nas relações internacionais. (BRICS - Declaração da III Cúpula, Artigo VII).

Nesse contexto, diante a capacidade estruturante do setor espacial dos BRICS, pautada pelo desempenho econômico-financeiro, deve-se considerar os distintos fatores hierárquicos e de poderes diante do contexto político de cada Estado-membro para com seus objetivos e suas relações de governança no uso e na exploração espacial para com outros Estados europeus, asiáticos ou americanos.

Hoje existem mais de mil satélites em operação no espaço sideral, sendo mais de 50% lançados pelos Estados Unidos. Abaixo é possível visualizar a distribuição de satélites por Estados e áreas e/ou atividades, conforme seus fins (CEPIK, 2015, p.14).

Vejamos:



* Sem dados

Fonte: UCS Satellite Database, 2014 .

À luz dos dados apresentado acima, referente a distribuição de satélites por Estados e áreas e/ou atividades, compreende-se que, para com os BRICS, “o poderio e as capacidades nacionais poderão divergir ainda mais e a uma cadência cada vez maior, tal o dinamismo econômico, cultural e tecnológico desses países” (IBASE, 2015, pag. 09), o que, por sua vez, torna-se passível de questionamento quanto ao desenvolvimento, as ferramentas e à aplicabilidade da cooperação ²⁵ espacial nos BRICS, dentre as suas outras diversas áreas.

²⁵ Cooperación internacional como acciones llevadas a cabo por Estados-nación u organizaciones de

As áreas de promoção de cooperação que vêm sendo realizadas nos BRICS têm-se mostrando incipientes ao grupo, embora pautadas por uma convergência de interesses iniciais além do que o esperado, diante das agendas de processos de integração regionais, como o MERCOSUL. Ainda, entende-se que os BRICS reconhecem a importância da integração regional para o crescimento sustentável, o desenvolvimento e a erradicação da pobreza, a exemplo da África; assim reafirmam seu apoio aos processos de cooperação e integração Sul-Sul (BRICS - Artigo IV, V Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Thekwini, 2013).

As particularidades de cada Estado, por suas características físicas, climáticas, territoriais, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de infraestrutura e defesa, tem desenvolvido olhares, percepções e apreciações dinamizadas de interesses estatais no Sistema Internacional, face à permanência da centralidade austera de suas relações conjunturais às suas relações bilaterais e multilaterais.

Assim, entre os diversos setores de promoção de cooperação, temas e agendas expressos quanto ao uso e exploração para com o setor espacial, à luz das características políticas, de infraestrutura, financeira e científica de cada Estado-membro do grupo, impõem coalizões internas (políticas nacionais) e externas (políticas bilaterais e multilaterais), no desenvolvimento de ações e modelos sistêmicos de ações aplicáveis para com as nações percentes ao bloco. Demanda-se de ações para como o desenvolvimento de plataformas ‘física’ e política para o desenvolvimento de gestões compartilhadas, para a aplicabilidade de uma integração de Pesquisa e Desenvolvimento espacial.

Mesmo considerando as singularidades de cada Estado, principalmente da Rússia, China e Índia, é a interação via o cooperativismo, elemento estratégico como fator determinante para a evolução e o entrelaçamento das relações espaciais do agrupamento, uma vez que o Brasil e a África do Sul ainda carecem de maiores aplicabilidades para com o desenvolvimento espacial. É fato que “de maneira incerta, incipiente e com menos recursos, (...) a cooperação técnica e comercial e as parcerias

éstos, actores subnacionales u ONGs de un país, con otro/s de estos actores perteneciente/s a otro/s país/es, para alcanzar objetivos comunes en el plano internacional y/o en el nacional de uno o más actores. (...) Si continuamos dentro de la concepción realista, en la cual los actores por excelencia son los Estados-nación, la cooperación se define como bilateral cuando es ejercida entre dos Estados, y como multilateral cuando es una organización de Estados quien toma parte. (SOCAS; HOURCADE, 2009, pag.21)

estratégicas com tais potências regionais assume um significado importante” (CEPIK, 2011, p.85).

As dinâmicas entre os poderes de cada Estado e as suas especificidades de desenvolvimento e aplicabilidade tecnológica, científica e econômica do setor espacial, demandam de planejamento metodológicos para o entrelaçamento estrutural de estratégias de normatização organizacional das políticas doméstica para as cooperações intra-grupo. Onde os interesses e anseios dos processos de governabilidades, possam transpassarem as faces dinâmicas de imposições institucionalistas e os interesses particulares político-empresarial.

Não obstante, como exemplo para o descrito acima, as relações sino-brasileiras revelam-se como importante modelo norteador para a promoção espacial no bloco, principalmente para o fomento da cooperação espacial intra-grupo e o fortalecimento e o combate às práticas hegemônicas espaciais no Sistema Internacional.

Reconhecer a importância e ampliar os estudos sobre o processo cooperação bilateral no setor espacial, China e Brasil, diante as capacidades estatais dos BRICS, principalmente para a Rússia e a Índia, corrobora para as discussões de modelos na aplicabilidade de normativas para a multilateralização das ações intra-grupo, frente às confrontações de poderes que à serem impostos, como acontece em blocos de Estados cujos poderes de vetos prevalece sobre os Estados em ascendência.

Nesse contexto, por uma remodelagem estrutural das relações Norte-Sul até então estabelecidas para com as novas alianças e seus fortalecimentos Sul-Sul, a fim de diminuir as deficiências em suas capacidades materiais e de poderes assimétricos, na medida em que buscam um fortalecimento organizacional de interesses políticos, econômicos, sociais e culturais estatais frente à ordem internacional, as ações empreendidas pelos Estados-membro dos BRICS,

no plano internacional, não apenas aponta(m) para os objetivos e linhas mestras que o país adotará na sua relação com os demais agentes do sistema internacional, mas também deve compor estratégias de atuação nas diversas dinâmicas da vida internacional, considerado, para tanto, o poder relativo que cada Estado possui em relação a seus pares. Esse poder, no entanto, não é estático, já que depende não apenas de como o país converte possibilidades internas em vantagens externas, mas também de como absorve as mudanças estruturais e conjunturais do sistema internacional para favorecer potencialidades, antes adormecidas ou menos relevantes, transformando-as em fontes de poder. (FIGUEIRA, 2011, p.07).

A idealização e a promoção da cooperação espacial nos BRICS, frente às disputas e aos interesses postos nas dinâmicas de relações bilaterais, apontam para o início de uma virada geoestratégica de alianças internacionais diante das novas

dinâmicas globais. Nesse contexto, as ações empreendidas pelos Estados-membros demonstram, devido a seus engajamentos e atuações, dentre suas diversas áreas de interesses internos, a promoção de potencialidades materiais e o poderio intra-grupo.

É diante desse contexto e por meio das diretrizes preliminares expressas na Declaração de Ufá, quando da Cúpula dos BRICS realizada na Rússia em 2015, que os representantes dos países BRICS dos reuniram-se em Zhuhai na China, em outubro de 2016, para a realização do 1º Encontro dos Chefes das Autoridades Espaciais.

Neste encontro, participaram das reuniões os líderes das agências espaciais da África do Sul (SANSA), da Administração Espacial Nacional da China (CNSA), da Corporação Espacial Estatal (ROSCOSMOS), Organização de Pesquisa Espacial Indiana (ISRO) e da Agência Espacial Brasileira (AEB), que teve como propósito a implementação de um consenso, já alcançado durante a VII reunião do grupo realizada em 2015 na Rússia, para a utilização em conjunto de satélites de sensoriamento remoto da Terra e promoção de um protocolo de cooperação e exploração e uso pacífico do espaço exterior.

No encontro realizado, os membros presentes ratificaram as palavras de José Raimundo Braga, presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), ocasião em que afirmou ser “preciso ampliar nossa colaboração bilateral transformando-a em apoio multilateral, envolvendo todos os países dos BRICS na área de observação da Terra”. Ainda, de acordo com a Agência Espacial Brasileira (AEB), por meio do acordo firmado entre o grupo,

José Raimundo assumiu o compromisso de o Brasil e a China contribuir conjuntamente, começando com o satélite Sino Brasileiro de Recursos Terrestres – CBERS 4, e com a Estação Terrena de Cuiabá (MT), que tem a função de adquirir e rastrear o satélite durante sua passagem, receber, processar, formatar e enviar ao Centro de Controle de Satélites (CCS) os dados de telemetria de serviços entre outros. (BRASIL-AEB, 2016).

Outrossim, no 1º Encontro dos Chefes das Autoridades Espaciais os representantes da Administração Espacial Nacional da China (CNSA)

inseriram o conceito, progresso e planos de trabalho da constelação de satélites de sensoriamento remoto dos BRICS. Os chefes russos ratificaram o acordo entre a Agência Espacial Brasileira, a Roscosmos, ISRO, CNSA e a Sansa na cooperação da constelação de satélites de sensoriamento remoto dos BRICS. (Idem).

Os BRICS, enquanto uma plataforma de diálogo e cooperação, a construir pontes e a promover diálogos, por meio de uma diplomacia multilateral diante dos

desafios e ameaças globais, em busca do fortalecimento estatal no cenário internacional via cooperação intra-grupo, insurge demandas estratégicas de promoção de sua política internacional com vistas à institucionalização de políticas externas dos Estados-membros, enquanto políticas públicas.

Entende-se que para um processo de escolha, implementação e desenvolvimento de um modelo gestor de políticas espaciais intra-grupo, os BRICS ainda se encontram em uma fase inicial de interações embrionárias diante interesses difusos, nacionais, bilaterais e multilaterais dos atores envolvidos. Dessa forma, os BRICS, em sua IX Cúpula na China em setembro de 2017, oficializou, por meio de sua Declaração de Xiamen, no Artigo XXVI ao princípio da utilização do espaço exterior para fins pacíficos, a busca por usar as tecnologias espaciais para responder aos desafios enfrentados pela humanidade, vejamos:

Aderimos ao princípio da utilização do espaço exterior para fins pacíficos e enfatizamos a necessidade de fortalecer a cooperação internacional em atividades espaciais, a fim de usar as tecnologias espaciais para responder às mudanças climáticas globais, à proteção ambiental, à prevenção e à assistência a desastres e a outros desafios enfrentados pela humanidade (BRICS - Declaração da IX Cúpula, Artigo XXVI).

Ainda na Declaração de Xiamen, referente à IX Cúpula dos BRICS realizada na China, os líderes dos BRICS oficializaram o desejo de intensificação por maior colaboração multilateral espacial e o uso pacífico do espaço pelo bloco, ficando estabelecido no Artigo LIX da Cúpula de Xiamen, a garantia de sustentabilidade de atividades de longo prazo no espaço exterior, a fim de preservar as formas e os meios às gerações futuras, vejamos:

Prioridade deve ser conferida à garantia de sustentabilidade de longo prazo das atividades no espaço exterior, bem como às formas e meios de preservar o espaço exterior para as gerações futuras. Observamos que esse é um objetivo importante da atual agenda do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (UNCOPUOS, na sigla em inglês). A esse respeito, saudamos a decisão do Grupo de Trabalho do Subcomitê Científico e Técnico do UNCOPUOS sobre Sustentabilidade em Longo Prazo das Atividades do Espaço Exterior de concluir negociações e alcançar consenso sobre o conjunto completo de diretrizes para a sustentabilidade em longo prazo das atividades espaciais até 2018, coincidindo, assim, com o 50º aniversário da primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Exploração e o Uso Pacífico do Espaço Exterior (UNISPACE+50, na sigla em inglês). (BRICS - Declaração da IX Cúpula, Artigo LIX).

As diretrizes preliminares dos interesses pela exploração e uso do espaço exterior pelos BRICS face à promoção multilateral de uma Política Externa de Cooperação para o Desenvolvimento intra-grupo, revelam-se enquanto vetor de

centralidade em bases de políticas de Estado diante das novas dinâmicas de desafios e controle do espaço exterior de Estados hegemônicos.

Nesse contexto, reafirmando os eventos e fundamentos expostos no setor espacial em seus Artigo XXXII, Declaração de Ufá – Rússia 2015, e Artigo LIX, Declaração de Xiamen, China 2017, e como resultado da IXª Reunião de Cúpula dos Brics, realizada em Xiamen na China, onde foi assinado um protocolo pelos cinco presidentes dos BRICS, onde coloca as atividades espaciais como ponto focal para a cooperação entre os Estados do bloco, foi realizado “1st BRICS Remote Sensing Satellite Constellation Forum”, traduzido como “1º Fórum da Constelação de Satélites dos BRICS”.

O 1º Fórum da Constelação de Satélites dos BRICS reuniram representantes das agências espaciais dos BRICS juntamente com especialistas e formuladores de política dos respectivos países, onde realizaram apresentações e debates referentes “a cooperação no âmbito da constelação de satélites do agrupamento, notadamente no que tange à frota de satélites, os segmentos de solo, a troca de informações e dados técnicos, aplicações comuns e potenciais usuários dos dados” (BRASIL-AEB, 2017), afim de estabelecerem e aprimorarem suas capacidades técnicas e suas práticas e modelos para além de outros segmentos setoriais.

Ainda em discussão e debate no grupo, o acordo de intenção de cooperação de satélites nos BRICS consolidou o marco de fomento político de estudos e pesquisas a partir de cada Estado para com suas capacidades e demandas quanto à formulação de uma política conjunta de desenvolvimento dos satélites para o uso, a exploração e a observação do espaço exterior intra-grupo.

Outrossim, conforme aponta o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Braga Coelho, as responsabilidades ainda não foram divididas. O que por sua vez, acontecerá brevemente para a promoção e execução do Programa Espacial do BRICS.

Por enquanto, não estamos dividindo a responsabilidade pelo desenvolvimento de satélites, a não ser o Cbers, que é feito com os chineses. Mas, no momento em que este acordo for assinado, vamos tentar elevar a função dessa constelação para o ambiente dos Brics como países, como parte das reuniões de cúpula entre os países. Aí, a responsabilidade vai passar das agências espaciais para os Estados nacionais (BRASIL-MCTIC, 2017).

Não obstante, pensar as responsabilidades para cada Estado dos BRICS, implica-nos compreender sua base constituinte, enquanto uma plataforma de diálogo geopolítico frente as dinâmicas hegemônica do sistema mundo, que se desempenha via

a ferramenta da cooperação, mesmo que ainda em fase embrionária de desenvolvimento de suas bases setoriais.

Os BRICS demanda de um planejamento por meio de diferentes mecanismos de alocação de recursos econômicos, políticos e sociais à construir pontes e a promoverem um cooperativismo setorial por meio de uma diplomacia multilateral para o desenvolvimento da base de uso e exploração do espaço exterior e dos satélites de sensoriamento remoto, modulando assim a sua “prisma de poder e de capacidades que continua a guiar suas percepções e ações estratégicas” (IBASE, 2015, p.10).

Os desafios e impactos assimétricos para com o desenvolvimento do uso e exploração do espaço exterior, iniciando por meio de satélites de sensoriamento remoto, demanda da promoção de políticas mais assertivas e eficazes em relação às demandas de cada Estados-membros, à sua aplicabilidade interna, como políticas de agrupamento conjunto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação repousou sua análise em um estudo de caso sobre a política de cooperação espacial sino-brasileira para com suas interseções no âmbito dos BRICS. Repensado a prática da cooperação espacial e suas interseções para com as políticas, diretrizes e princípios norteadores das relações diplomáticas intra-BRICS, a narrativa exposta até aqui evidencia ainda um longo debate a ser feito acerca da cooperação, das relações multilaterais e bilaterais intra-grupo e para com os parceiros dos BRICS, assim como sobre a importância e as atribuições do setor espacial para os BRICS em suas relações internacionais.

É evidente que o agrupamento BRICS tem ampliado seus debates e interesses de aproximação para o desenvolvimento de novos acordos setoriais de cooperação, no entanto, vem se evidenciando a ampla necessidade para além de novas agendas, o desenvolvimento de plataformas aplicáveis para o controle e a operacionalização das práticas de cooperação entre o bloco, uma gestão comum a todos pautada no viés da boa governança.

É fato que se faz necessário repensar, diante de Estados tão distantes uns dos outros e ao mesmo tempo tão próximos por seus interesses políticos, as agendas de cooperações a serem desenvolvidas com base na necessidades e as suas transformações comuns a todos os Estados. Pois se o agrupamento deseja promover convergência intra-

grupo, se faz necessário repensar suas práticas gestoras relacionadas às suas agendas e anseios eficazes da cooperação para com o desenvolvimento.

Quando pensadas as atribuições técnicas da prática de cooperação sino-brasileira do programa CBERS para com os BRICS, compreende-se uma demanda no desenvolvimento de plataformas comuns a todos os membros do agrupamento, diante a falta de gestão ativa para com a sua operacionalização a conceber as perdas e os ganhos a todos os Estados, seja geopoliticamente, cientificamente e tecnologicamente.

Outrossim, compreende-se que a pesquisa, a inovação e a produção espacial centralizada, precisamente na Rússia e na China, implica no fortalecimento para com a Índia uma grande parcela de Hard e Soft Power para atuação e estabelecimento de uma ordem espacial perante outros atores, tais como o Programa Espacial Norte-Americano e Europeu.

Ainda, verifica-se que os debates interpostos diante da crise política brasileira recentemente, com o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, afastada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal, as chamadas "pedaladas fiscais"; com a troca presencial nos EUA, de Barack Obama para Donald Trump; com o XIX Congresso do Partido Comunista Chinês atribuindo maiores poderes para Xi Jinping; estabeleceram grandes preocupações para com todo o agrupamento dos BRICS, a repensarem as condições de fortalecimento do agrupamento intra-grupo, assim como, para com suas relações multilaterais.

Compreende-se que o setor espacial inseriu-se recentemente na agenda política e diretiva dos BRICS, elucidando especialmente atribuições de ordem tecnológica, econômica e industrial a Estados como Brasil e África do Sul ainda em fase embrionária de desenvolvimento. O que por sua vez, no que concerne ao plano geopolítico do agrupamento, compreender o uso do espaço sideral desde a criação e atribuição de satélites, está se tornando um novo ambiente para qual os cinco Estados buscam uma coesão de poderes quanto à conquista de uma ordem espacial tecnológica face a sua legitimação social nacional.

É crescente a importância do uso do espaço para além da Guerra, uma vez que, na nova ordem contemporânea, preceitos de sustentabilidade ecológica e social na prática da cooperação para o desenvolvimento passaram a constituir de forma associativa e consciente uma transição estrutural quando pensado um agrupamento de Estados para com a ação humana sobre a Terra e seu entorno.

O espaço, enquanto um ambiente ainda em conquista, seja industrial, tecnológico, científico, econômico e principalmente de legitimação social para com as disputas no Sistema Internacional, tem mostrado cada vez mais a dependência e a sua necessidade de exploração pela humanidade, principalmente no que concerne a atividades diárias, tais como serviços bancários, assim como o uso de GPS, rádio, televisão, etc.

Entende-se que diante desse contexto, ainda é precoce as avaliações a respeito da participação brasileira e da África do Sul juntamente com a Rússia, a China e com a Índia, para uma promoção ativa de um Programa Espacial dos BRICS que olhe por um viés conjuntural as implicações de cada Estado em diferentes bases setoriais, tais como o comercial, o tecnológico, o científico, o financeiro, o social entre outros. Assim como os elementos de vantagens e desvantagens pertinente a promoção e uso de satélites no espaço sideral para com as ações e as demandas das necessidades sociais, tal como, as implicações das relações de cada Estado para com suas relações multilaterais.

Deste modo, desde a sua importância sociocultural, tecnológica e científica, econômica e política, podemos compreender a necessidade de ampliarmos cada vez mais os estudos e pesquisas sobre o setor espacial no âmbito das Relações Internacionais. Pois é fato que ainda são iniciais os estudos e pesquisas feitos por analistas políticos para a delimitação do arcabouço disciplinar espacial para as Ciências Políticas e Relações Internacionais. Uma vez que a maioria dos estudos até então realizados são feitos pelo setor de estudos da área de Ciências Exatas, tais como engenharia e matemática, não atribuindo as importâncias geopolíticas pertinentes.

Por fim, é fato que o atual momento dos BRICS perante as suas relações com Estados, como EUA e os europeus, passam por uma reorientação ainda *in curso* sobre os novos paradigmas da política internacional para com a ordem internacional contemporânea. Principalmente, a partir das manifestações de Donald Trump, inserido por discursos pragmáticos, em uma tentativa de reorientação dos EUA frente o resto do mundo por uma transformação do ordenamento estatal e de instituições internacionais.

Os BRICS perante essas transformações têm a tarefa determinante de aumentar cada vez mais seus laços políticos, buscando alavancar o agrupamento na ordem internacional. Por sua vez, o uso de satélites e do espaço sideral constituirá elemento primordial a considerar a nova ordem contemporânea na vida científica, tecnologia, financeira e social do espaço humano para com as interconexões de políticas globais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABI-SAD, S.C.M. *A potência do dragão: a estratégia diplomática da China*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- AFONSO, M. M.; FERNANDES, A. P. *ABCD Introdução à cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa (PORT): Instituto Marquês de Valle Flôr/Oikos, 2005.
- AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha – Memórias da Política Externa Ativa e Altiva*. Sao Paulo: Benvirá, 2015.
- ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: UNB, 1986.
- BARDIN, Lauren. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições Edições 70, 2012.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China?. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 31-44, Nov. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000400004>.
- BRASIL-AEB, Agência Espacial Brasileira. *Acordo de cooperação entre os Brics permite uso pacífico do espaço*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/acordo-de-cooperacao-entre-os-brics-permitira-uso-de-satelites-de-observacao-da-terr/>>. Acessado em 20 de junho de 2017.
- BRASIL-AEB, Agência Espacial Brasileira. *Informações sobre os BRICS*. Brasília, 2017. Disponível: Documento expedido exclusivamente para esta pesquisa, por meio do formulário SIC Nº 34/2017/ACI em 18 de dezembro, pela Agência Espacial Brasileira, por meio de sua Assessoria de Cooperação Internacional.
- BRASIL-INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Programa CBERS: China- Brazil Earth Resources Satellite, Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres*. São José dos Campos, s/n. Disponível em: <<http://www.cbears.inpe.br/index.php>>. Acessado em 20 de junho de 2017.
- BRASIL-MRE, Ministério das Relações Exteriores. *República Popular da China*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>>. Acessado em 20 de junho de 2017.
- BRASIL-MRE, Ministério das Relações Exteriores. *BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*. (s/n). Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em 03 de maio de 2016 às 21 h 27 min.
- BRASIL-MRE, Ministério das Relações Exteriores. *EMI nº 00223/2016 MRE MCTIC - Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite de Observação da Terra CBERS4A*. Brasil, julho de 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1480108.pdf>>. Acessado em 22 de junho de 2017

BRASIL-MCTIC, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Países dos Brics querem compartilhar dados de satélites de sensoriamento remoto* (2017). Disponível em <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/2017/09/Paises_dos_Brics_querem_compartilhar_dados_de_satelites_de_sensoriamento_remoto.html>. Acesso em 10 de outubro de 2017 às 21 h 27 min.

BRICS - ACR. *Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS*. Fortaleza, 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8702.htm>. Acessado em 15 de junho 2017.

BRICS. *I Cúpula*: Declaração Conjunta. Ecaterimburgo, Rússia, 16 de junho de 2009. Disponível em http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao

BRICS. *II Cúpula*: Declaração Conjunta. Brasília, 15 de abril de 2010. Disponível em: http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/74-segunda-declaracao-conjunta

BRICS. *III Cúpula*: Declaração Conjunta e Plano de Ação de Sanya. Sanya, Hainan, China, 14 Abril 2011. Disponível em: http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/75-terceira-declaracao-conjunta

BRICS. *IV Cúpula*: Declaração Conjunta e Plano de Ação de Nova Delhi. Nova Delhi, 29 de março de 2012. Disponível em: http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/76-quarta-declaracao-conjunta

BRICS. *V Cúpula*: Declaração Conjunta e Plano de Ação de eThekwini. Durban, 27 março de 2013. Disponível em: http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/77-quinta-declaracao-conjunta

BRICS. *VI Cúpula*: Declaração Conjunta e Plano de Ação de Fortaleza. Fortaleza, 15 de julho de 2014. Disponível em: http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza

BRICS. *VII Cúpula*: Declaração Conjunta e Plano de Ação de Ufá. Ufá, Rússia, 9 de julho de 2015. Disponível em: http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/254-vii-cupula-do-brics-plano-de-acao-de-ufa

BROWNE, S. *Aid and Influence: Do Donors Help or Hinder?*, London, Earthscan, 2006.

CARNEIRO, Izabel Patriota Pereira. *Catálogo bibliográfico Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – BRICS*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011.

CBERS-INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Brasil e China ampliam acordo de satélites e países africanos receberão dados do CBERS*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 04 de Janeiro de 2017a.

CBERS-INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Lançamento CBERS-2: Centro de Lançamento de Taiyan, China, Foguete Longa Marcha - 4*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 20 de junho de 2017b.

CBERS-INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Participação da Indústria Nacional na Construção do CBERS-1, 2 e 2B*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 21 de julho de 2017c.

CBERS-INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Descrição CBERS 1, 2 e 2B*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 21 de julho de 2017d.

CBERS-INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Lançamento CBERS-1: Centro de Lançamento de Taiyan, China, Foguete Longa Marcha - 4B*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 21 de julho de 2017e.

CBERS-INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Descrição CBERS-3 e 4*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 21 de julho de 2017f.

CEPIK, Marco. A política da cooperação espacial chinesa: contexto estratégico e alcance internacional. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v.19, supl. 1, p. 81-104, Nov. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400007&lng=en&nrm=iso>. Access on 14 Dec. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000400007>.

CEPIK, Marco. *Curso EAD sobre Espaço e Relações Internacionais*. Porto Alegre, Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2015.

CEPIK, Marco. Segurança Internacional: da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: ECHANDI; SORIA. *Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo CELAC e Iberoamérica*. – 1ª. ed. – San José, C.R.: FLACSO, 2013. p. 307-324.

CERVO, A. Política exterior: de Cardoso a Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 46, no. 1, 2003.

DESAI, R. *The BRICS are Building a Challenge to Western Economic Supremacy*. The Guardian, Apr. 2, 2013.

DUQING, Chen. *Política Exterior da China*. Texto da conferência realizada no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo em 8 de agosto de 1990. Disponível em <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>>. Acesso em 28 de junho de 2017.

EPIPHANIO, José Carlos N.; *Satélites de Sensoriamento Remoto*. In: Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais. São Paulo, 2002. cap. 2. Disponível em <http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2005/06.14.12.34/doc/CAP2_JCNEpiphanio.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2017.

FERNANDES, José Pedro Texeira. *Teorias das Relações Internacionais: Da abordagem clássica ao Debate Pós-Positivista*. Coimbra: Almeida, 2011.

FIGUEIRA, Ariane Roder. *Introdução à análise de política externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDMAN SACHS. Building Better Global Economic BRICs, *Global Economics Paper n° 66*, 2001.

GOLDMAN SACHS. A progress report on the building of the BRICs. *Goldman Sachs Global Economics*, n. 11/07, jul. 2011.

GUSTTANDIN, Friedhelm. *Investigación Cualitativa Interpretativa: una caja de herramientas*. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica/Biblioteca Paraguaya de Antropología, 2012.

HUMBLE, Ronald D., *The Soviet Space Programme*. New York: Routledge, 1988.

IBASE. *Os Brics: novas configurações do poder Global? O que muda? O que permanece?*. Rio de Janeiro, 2015.

IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995- 2005*. Brasília: FUNAG, 2010.

IPEA. O tempo do BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China crescem mais que a média mundial e atraem investimentos externos. Brasília: *Revista Desafios do Desenvolvimento*, 2010. Ano 7. Edição 60 – 28/05/2010. Disponível: <
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1521:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 11 de junho de 2016.

JAHAN, Selim. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O trabalho como motor do desenvolvimento humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2015. Disponível em <
http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2017.

KALAM, A. *The Future of Space Exploration and Human Development*. Boston: Boston University, 2008.

KLEIN, J. *Space Warfare: Strategy, Principles and Policy*. New York: Routledge, 2006.

LAMBAKIS, Steven. *On the Edge of Earth: The Future of Space Power*. USA: The University Press of Kentucky, 2001.

LACHS, Manfred. *The Treaty on Principles of the Law of Outer Space, 1961-1992*. Netherlands International Law Review, vol. XXXIX, 1992.

MEYER, Paul. *Dark Forces Awaken: The Prospects for Cooperative Space Security*, Simons Papers in Security and Development. School for International Studies, Simon Fraser University, Vancouver, March 2017.

MOLTZ, J. *The Politics of Space Security: Strategic Restraint and the Pursuit of National Interests*. Palo Alto: Stanford University, 2011.

MONSERRAT FILHO, José; PATRICIO SALIN, A.. O Direito Espacial e as hegemonias mundiais. *Estud. av.*, São Paulo , v. 17, n. 47, p. 261-271, Apr. 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100016&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000100016>.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 53, n. 2, p. 88-105, 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000200005>.

OLIVEIRA, Juliano Diniz de. *Ordem, instituições e governança: uma análise o discurso do desenvolvimento no Sistema ONU e a construção da ordem internacional*. 2010. 124f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro.

O'NEILL, Jim. *O mapa do crescimento: oportunidades econômicas nos BRICS e além deles*. São Paulo: Globo, 2012.

O'NEILL, Jim. BRICs could point the way out of the Economic Mire, *Financial Times*, London, September 23, 2008, p. 28.

O'NEILL, Jim. Building better global economic Brics. *Global Economics Paper*, no. 66, p. 1-16. Nova York.

PELLEGRINO, Massimo; STANG, Gerald. Space security for Europe. ISSUE, No 29, 07 July 2016 https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Report_29_0.pdf

SANGAR, Kaneshko. *Russia and China in the age of grand Eurasian projects: Prospects for integration between the Silk Road Economic Belt and the Eurasian Economic Union*. Cambridge Journal of Eurasian Studies, 2017; Disponível em: <https://doi.org/10.22261/YDG5KF>

SALOMON, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 10 June 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003>.

SANTANA, Carlos Eduardo & COELHO, José Raimundo Braga. O Projeto CBERS de Satélites de Observação da Terra. *Parcerias Estratégicas*, 7: 203-210, outubro de 1999. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/89/82>. access on 25 Aug. 2017.

SILVA, André Luiz Reis da. Brasil, potência emergente: desafios do desenvolvimento e da

inserção internacional.. In. VISENTINI, Paulo Fagundes (Org.). *Brics: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SÁ PIMENTEL, José Vicente de. Mesa-redonda: *o Brasil, os BRICS e a agenda internacional* / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. Brasília: FUNAG, 2012.

SILVA, D.H. *Brazilian participation in the International Space Station (ISS) program: commitment or bargain struck?* Space Policy Volume 21, Issue 1 , Feb. 2005.

SOCAS, Nicolás; HOURCADE, Odile. La cooperación internacional. In: CHIANI, Ana Maria; SCARTASCINI, Juan. *La cooperación internacional: herramienta clave para el desarrollo de nuestra región*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, 2009. pag. 19- 50.

SODRÉ, Iracema. *Brics assinam acordo de investimento e comércio em moedas locais*. BBC BRASIL, 20 de março de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120329_cupula_acordo_is_ac>. access on 25 Aug. 2017.

U.S. Congress, Office of Technology Assessment, U.S.-*Russian. Cooperation in Space*, OTA-ISS-618. Washington, DC: U.S. Government Printing. Office, April 1995.

U.S.-Soviet Cooperation in Space. Washington, DC: U.S. Congress, Office of Technology Assessment, OTA-TM-STI-27, July 1985.

UNITED NATIONS, Population Division of . *World Population Prospects: The 2017 Revision*. Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População (2017). World Population Prospects: The 2017 Revision, dados personalizados adquiridos via site. Acessado em 25 de agosto de 2017

UNITED STATES OF AMERICAN (USA). *Central Intelligence Agency - The World Factbook*. Langley, 2017.

VISENTINI, Paulo. *As relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011a.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o Sistema Internacional. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 131-141, Nov. 2011b. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000400009>.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes et alli. *Brics: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

YAN, Aimin Yan; GRAY, Barbara. *Bargaining Power, Management Control, and Performance in United States-China Joint*. The Academy of Management Journal, Vol. 37, No. 6 (Dec., 1994), pp. 1478-1517. Disponível em: <http://course.sdu.edu.cn/Download/f677972c-8822-4b60-948c-4753a9cf4b03.pdf>

ZHAO, Y. *The 2002 Space Cooperation Protocol Between China and Brazil: An Excellent Example of South-South Cooperation*. Space Policy, Kidlington, 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0265964605000433>

ZHANG, H. *Space Weaponization and Space Security: a Chinese Perspective*. China Security, Washington (DC), n. 2, 2006. Disponível em: http://www.wsichina.org/attach/CS2_3.pdf.

